



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS
ATA DA 7ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 28 DE MAIO DE 2018

ATA Nº. 9 / 2018

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
4. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APROVAÇÃO DE ATAS
- 4.1.1. ATA DA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZASSEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO - ATA NÚMERO CINCO, DE DOIS MIL E DEZOITO
- 4.1.1.1. VOTAÇÃO
- 4.1.2. ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO - ATA NÚMERO SEIS, DE DOIS MIL E DEZOITO
- 4.1.2.1. VOTAÇÃO
- 4.1.3. ATA DA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO - ATA NÚMERO SETE, DE DOIS MIL E DEZOITO
- 4.1.3.1. VOTAÇÃO
- 4.2. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTÓNIO ARNAUT, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
- 4.4. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 4.5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.6. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)

- 4.7. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 4.8. SR. SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IOMAF)
- 4.9. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.10. VOTAÇÃO – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTÓNIO ARNAUT, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
- 4.11. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU
- 4.11.1. VOTAÇÃO – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU
- 4.12. MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO ARNAUT, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV
- 4.12.1. VOTAÇÃO – MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO ARNAUT, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV
- 4.13. MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV
- 4.13.1. VOTAÇÃO – MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV
- 4.14. PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU
- 4.15. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 4.16. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IOMAF)
- 4.17. SR. DEPUTADO NUNO GUSMÃO (CDS-PP)
- 4.18. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.19. SR. DEPUTADO MIGUEL PINTO (BE)
- 4.20. SR. DEPUTADO DANIEL BRANCO (CDU)
- 4.21. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 4.22. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.23. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.24. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.25. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 1
- 4.26. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 2
- 4.27. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 3
- 4.28. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 4
- 4.29. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 5
- 4.30. RECOMENDAÇÃO – USO EFICIENTE DE RECURSOS – PELA RACIONALIZAÇÃO DO USO DE PAPEL E PELA UTILIZAÇÃO DE PAPEL RECICLADO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN
- 4.31. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 4.32. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)

- 4.33. SR. DEPUTADO DOMINGOS SANTOS (IOMAF)
- 4.34. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 4.35. SRA. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.36. RECOMENDAÇÃO – USO EFICIENTE DE RECURSOS – PELA RACIONALIZAÇÃO DO USO DE PAPEL E PELA UTILIZAÇÃO DE PAPEL RECICLADO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN – VERSÃO FINAL
- 4.36.1. VOTAÇÃO
- 4.37. MOÇÃO – POR UM DEBATE SÉRIO E ALARGADO SOBRE MOBILIDADE EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
- 4.38. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 4.39. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 4.40. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 4.41. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 4.42. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.43. SR. SENHOR VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.44. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IOMAF)
- 4.45. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 4.46. SR. DEPUTADO NUNO GUSMÃO (CDS-PP)
- 4.47. SR. DEPUTADO DANIEL BRANCO (CDU)
- 4.48. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 4.49. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 4.50. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.51. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 4.52. VOTAÇÃO DA MOÇÃO – POR UM DEBATE SÉRIO E ALARGADO SOBRE MOBILIDADE EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.53. SR. DEPUTADO NUNO GUSMÃO (CDS-PP)
- 4.54. SR. DEPUTADO JOAQUIM DOS REIS MARQUES (PS)
- 4.55. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 4.56. SR. DEPUTADO EDNILSON SANTOS (IN-OV)
- 4.57. SR. DEPUTADO MIGUEL PINTO (BE)
- 4.58. SR. DEPUTADO ANTÓNIO FAZENDA COIMBRA (CDU)
- 4.59. SR^a. DEPUTADA JOANA SILVA (CDU)
- 4.60. SR^a. DEPUTADA CAROLINA TOMÉ (IOMAF)
- 4.61. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.62. SR^a. DEPUTADA CAROLINA TOMÉ (IOMAF)
- 4.63. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.64. SR. DEPUTADO MIGUEL PINTO (BE)
- 4.65. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.66. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.67. SR. DEPUTADO NUNO GUSMÃO (CDS-PP)
- 4.68. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.69. SR. DEPUTADO JOAQUIM DOS REIS MARQUES (PS)
- 4.70. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.71. SR. DEPUTADO JOAQUIM DOS REIS MARQUES (PS)
- 4.72. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 5.1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 218/18 – GP – RELATIVA À INCLUSÃO DA RUA SACADURA CABRAL EM CARNAXIDE NA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE CARNAXIDE – RESULTADOS DE CONSULTA PÚBLICA – PARQUES TEJO- PARQUEAMENTOS DE OEIRAS, E.M., S.A.

- 5.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 219/18 – GP – RELATIVAMENTE À INCLUSÃO DAS RUAS ALFREDO LOPES VILAVERDE, JOSÉ PEDRO DA SILVA, ADRIANO JOSÉ DA SILVA E TROÇO DA RUA INSTITUTO CONDE DE AGROLONGO, NA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE PAÇO DE ARCOS – RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA – PARQUES TEJO - PARQUEAMENTOS DE OEIRAS, E.M., S.A.
- 5.1.1. VOTAÇÃO
 - 5.1.1.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO COIMBRA (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 5.1.1.2. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 5.2.1. VOTAÇÃO
- 5.3. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 220/18 – GP – RELATIVA AO RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 4.º TRIMESTRE DE 2017, DA “MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.” - APRECIADA
- 5.4. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 221/18 – GP – RELATIVA AO RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017, DA ARVP – ASSOCIAÇÃO DAS ROTAS DOS VINHOS DE PORTUGAL - APRECIADA
- 5.5. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 222/18 – GP – RELATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2018, DA ARVP – ASSOCIAÇÃO DAS ROTAS DOS VINHOS DE PORTUGAL - APRECIADA
- 5.6. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 223/18 – GP – RELATIVA AO RELATÓRIO DE GESTÃO 2017, DA AMPV – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO - APRECIADA
- 5.7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 245/18 – GCAJ – RELATIVA À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS SOB GESTÃO DA OEIRAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

VIVA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.

- 5.7.1. VOTAÇÃO
- 5.8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS CONSTANTE DA PROPOSTA CMO N.º 251/18 – DPHCT – “APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DA 4.ª EDIÇÃO DO MATIS FESTIVAL 2018
- 5.9. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 275/18 – DASSJ – RELATIVA À ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS – OEIRAS KIDS FESTIVAL
- 5.8.1. VOTAÇÃO
- 5.9.1. VOTAÇÃO
- 5.10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 285/18 – GCAJ – RELATIVA À AQUISIÇÃO DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE, N.ºS 9, 11 E 13 DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS, SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS, PROPRIEDADE DE ÁLVARO EZEQUIEL GOMES PASSOS
- 5.10.1. VOTAÇÃO
6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 6.1. SR^a. ISABEL PINTO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 6.2. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 6.3. SR^a. ISABEL PINTO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 6.4. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 6.5. SR^a. ISABEL PINTO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 6.6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Aprovada por unanimidade em 02.07.2018</i>			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	13		
PS	—		
IOMAF	3		
PPD/PSD	2		
CDU	1		
CDS-PP	—		
BE	1		
PAN	1		

S=A FAVOR * N=CONTRA * A=ABSTENÇÃO

-----ATA DA 7ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 28 DE MAIO DE 2018-----

----- ATA Nº. 9 / 2018 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e dezoito, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segunda Secretária a Senhora Susana Isabel Costa Duarte. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Sétima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e sete Deputados Municipais (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Diana Leonor Alves Gonçalves, António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio

Carolo, Pedro Miguel Ramos Almeida, Paulo Nicholas Bastos Pinto, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé, Salvador António Martins Bastos Costeira, Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva, António Fazenda Coimbra, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Miguel Trindade Gusmão, Miguel da Câmara e Almeida Pinto e Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores, António Miguel Ribeiro Ramos, Dinis Penela Antunes, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Carlos Alberto de Sousa Coutinho pediram a sua substituição para esta reunião, tendo sido substituídos pelos Senhores Diana Leonor Alves Gonçalves, António Alberto Viçoso Avelino, Paulo Nicholas Bastos Pinto e António Fazenda Coimbra. -----

-----Faltou o Senhor Arlindo Pereira Barradas, tendo a Mesa justificado a respetiva falta.

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Marlene Braz Rodrigues e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 218/18 – GP – relativa à inclusão da Rua Sacadura Cabral, em Carnaxide na Zona de Estacionamento de Duração Limitada de Carnaxide – Resultados de Consulta Pública – Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras, E.M., S.A.; -----
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 219/18 – GP – relativa à Inclusão das Ruas Alfredo Lopes Vilaverde, José Pedro da Silva, Adriano José da Silva e troço da Rua Instituto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- Conde de Agrolongo, na Zona de Estacionamento de Duração Limitada de Paço de Arcos – Resultados da Consulta Pública – Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras, E.M., S.A.;-----
3. Apreciação da Proposta CMO N.º 220/18 – GP – relativa ao Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 4.º Trimestre de 2017, da “Municíпия – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.”; -----
 4. Apreciação da Proposta CMO N.º 221/18 – GP – relativa ao Relatório e Contas do Exercício de 2017, da ARVP – Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal; -----
 5. Apreciação da Proposta CMO N.º 222/18 – GP – relativa ao Plano de Atividades e Orçamento para 2018, da ARVP – Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal;-----
 6. Apreciação da Proposta CMO N.º 223/18 – GP – relativa ao Relatório de Gestão 2017, da AMPV – Associação dos Municípios Portugueses do Vinho;-----
 7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 245/18 – GCAJ – relativa à Celebração de Contrato – programa e Atribuição de Subsídio à Exploração dos Equipamentos Desportivos sob Gestão da Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.;-----
 8. Apreciação e Votação da Isenção do Pagamento de Taxas Municipais constante da Proposta CMO N.º 251/18 – DPHCT – “Apoio Logístico e Isenção do Pagamento de Taxas Municipais, no âmbito da 4.ª Edição do Matis Festival 2018”; -----
 9. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 275/18 – DASSJ – relativa à Isenção do Pagamento de Taxas Municipais – Oeiras kids Festival;-----
 10. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 285/18 – GCAJ – relativa à Aquisição do prédio urbano sito na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.ºs 9, 11 e 13 da União de Freguesias de Oeiras,

São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, propriedade de Álvaro Ezequiel Gomes Passos.

3. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a reunião, dizendo o seguinte: -----

-----“Boa tarde a todos. Feita a chamada, vamos dar início à nossa sessão. -----

-----Iremos passar à aprovação das atas”. -----

4. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

4.1. APROVAÇÃO DE ATAS-----

4.1.1. Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dezasseis de abril de dois mil e dezoito - Ata número cinco, de dois mil e dezoito -----

4.1.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo treze do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta (Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), dois da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco e Maria Joana Marques Gomes da Silva), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um do Centro Democrático Social - Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com uma abstenção do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta (Maria Madalena Pereira da Silva Castro). -----

----- Os Senhores Deputados Rui Pedro do Carmo Teixeira, Irina Dias Lopes e Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta, António Alberto Viçoso Avelino e Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista e António Fazenda Coimbra, da Coligação Democrática Unitária não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

4.1.2. Ata da Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e três de abril de dois mil e dezoito - Ata número seis, de dois mil e dezoito -----

4.1.2.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta (Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Maria Paula Neto

Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), três do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), dois da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco e Maria Joana Marques Gomes da Silva), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Os Senhores Deputados Rui Pedro do Carmo Teixeira, Irina Dias Lopes e Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Os Senhores Deputados Ana Paula Pereira Cremon de Lemos e Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta, António Alberto Viçoso Avelino e Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente, António Fazenda Coimbra, da Coligação Democrática Unitária, e Nuno Miguel Trindade Gusmão, do Centro Democrático Social - Partido Popular não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

4.1.3. Ata da Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito - Ata número sete, de dois mil e dezoito-----

4.1.3.1. VOTAÇÃO -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta (Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), quatro do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), três do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), um da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social - Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados Rui Pedro do Carmo Teixeira, Irina Dias Lopes e Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Ana Paula Pereira Cremon de Lemos e Diana Leonor Alves

Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta, António Alberto Viçoso Avelino e Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra, da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

4.2. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Irei regularizar uma situação, pois quando foram indigitados os Membros para a Comissão Municipal de Saúde o Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) não estava presente, e, portanto, faria esta indicação, ou seja, o representante do Bloco de Esquerda na Comissão Municipal de Saúde é o Senhor Deputado Miguel da Câmara e Almeida Pinto.-----

-----Assim como o Partido Socialista substitui os seus representantes no Conselho Municipal de Juventude. Passarão a ser o Senhor Paulo Nicholas Bastos Pinto, como efetivo e o Senhor Pedro Miguel Ramos Almeida, como suplente.-----

-----Regularizadas estas situações, informar que temos vários votos de pesar, várias moções que entraram na Mesa e que já pedi para serem distribuídas. Vou começar, aleatoriamente, pelo Voto de Pesar apresentado pelo Partido Social Democrata.” -----

4.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTÓNIO ARNAUT, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD -----

-----“Faleceu António Arnaut, um cidadão exemplar, um profissional exigente e leal, um Homem que marcou e, necessariamente, continuará a ser lembrado como o símbolo do Serviço Nacional de Saúde que possibilitou aos Portugueses o acesso à saúde, de forma tendencialmente gratuita.-----

-----Nesta hora, o PSD delibera apresentar a esta Assembleia, o seu Voto de Pesar que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deverá ser enviado também à sua Excelentíssima Família. -----

----- Oeiras, vinte e oito de maio de dois mil e dezoito.” -----

4.4. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente parece-me que, antes de votarmos, como temos votos de pesar do PS, do PSD e do INOVAR, creio que o voto de pesar deveria ser só um, ou seja, deveriam ser unidos e apresentar-se um voto de pesar único.” -----

4.5. A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

----- “Se nenhum dos proponentes se opuser, eu faria um voto de pesar da Assembleia Municipal de Oeiras dado que todos os Partidos entregaram um voto de pesar, isto no caso do Doutor António Arnaut. -----

----- Dos proponentes alguém se opõe?” -----

4.6. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) observou o seguinte: -----

----- “O PSD, naturalmente, não se opõe a essa ideia, sendo que, contudo, o voto de homenagem e condolências apresentado pelo IN-OV não propõe que o mesmo seja comunicado à família e eu julgo que é importante sê-lo, independentemente daquilo que a Assembleia deliberar neste sentido. -----

----- A sugestão que deixava era que a Mesa unificando esses dois votos, dessas duas Forças, fizesse, de facto, referência a que, a ser aprovado, fosse enviado o voto de pesar à excelentíssima família do Doutor António Arnaut.” -----

4.7. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte: -----

----- “De facto o documento apresentado pelo Grupo do IN-OV afirma especificamente

que partilha a mágoa dos seus familiares e amigos.” -----

4.8. O Senhor Deputado António Moita (IOMAF) referiu o seguinte: -----

-----“Queria apenas alertar, enfim, julgo que não terá grande importância mas para que todos possam ser considerados de forma igual, como votos de pesar, a terminologia que o IN-OV adota é outra, não usa a terminologia “voto de pesar”, usa a terminologia de “moção de homenagem e condolências”. Parece-me que faria mais sentido, se o IN-OV assim concordasse, que todas elas fossem vistas como voto de pesar e não com uma designação que não é a mesma.”

4.9. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Meus Senhores, irei votar cada documento por si; o Voto de Pesar do PSD e a Moção do IN-OV, pois penso que se resolve com maior celeridade. -----

-----Vou pôr à votação o Voto de Pesar do Partido Social Democrata”. -----

4.10. VOTAÇÃO – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTÓNIO ARNAUT, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), cinco do Partido Socialista (António Alberto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados Rui Pedro do Carmo Teixeira e Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta e Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 48/2018** -----

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO ARNAUT, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro

Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar um voto de pesar, apresentado pelo Grupo Político Municipal do Partido Social Democrata, pelo falecimento de António Arnaut.-----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”

4.11. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU -----

-----“Faleceu, a vinte e dois de maio de dois mil e dezoito. -----

-----Nascido a dez de janeiro de mil novecentos e vinte e seis, viveu noventa e dois anos, em que se tornou mestre da pintura, poeta e figura maior da cultura portuguesa na segunda metade do século vinte e nas primeiras décadas do século vinte e um. -----

-----Desta figura ímpar da nossa contemporaneidade, ficará sempre, a imagem sorridente e sarcástica de um defensor da liberdade. -----

-----Considerando justas as homenagens que lhe têm sido prestadas, esta Assembleia Municipal de Oeiras, reunida a vinte e oito de maio de dois mil e dezoito, delibera: -----

-----Expressar um voto de pesar pelo seu falecimento; -----

-----Recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que atribua o nome de Júlio Pomar a uma artéria significativa do nosso Município.” -----

4.11.1. VOTAÇÃO – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), cinco do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados Rui Pedro do Carmo Teixeira e Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta e Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 49/2018** -----

**-----VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR,
APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU -----**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar um voto de pesar, apresentado pelo Grupo Político Municipal da Coligação Democrática Unitária, pelo falecimento de Júlio Pomar, bem como recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que atribua o nome de Júlio Pomar a uma artéria significativa do nosso Município.-----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”

**4.12. MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE
ANTÓNIO ARNAUT, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-
OV -----**

-----“MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS -----

-----A sociedade portuguesa perdeu, no passado dia vinte e um de maio, um dos seus mais ilustres membros, na pessoa de António Arnaut, cidadão exemplar, destemido democrata, ilustre advogado, impetuoso defensor da Justiça social, fundador do Serviço Nacional de Saúde, referência exemplar para todos os homens livres e de bons costumes. -----

-----O Grupo Isaltino Inovar Oeiras de Volta associa-se à pública homenagem de que António Arnaut é credor, partilha a mágoa dos seus familiares e amigos a quem exprime sentidas condolências e propõe à Assembleia Municipal de Oeiras que tome como seu este preito de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

honra.” -----

4.12.1. VOTAÇÃO – MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO ARNAUT, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção de Homenagem e Condolências, a qual foi aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), cinco do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do

Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Os Senhores Deputados Rui Pedro do Carmo Teixeira e Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta e Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 50/2018** -----

-----**MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO ARNAUT, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, prestar homenagem e condolências pelo falecimento de António Arnaut. -----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”

4.13. MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV -

-----“**MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS**-----

-----O recente falecimento de Júlio Pomar, uma referência incontornável no panorama da arte portuguesa do século XX deixa um vazio difícil de preencher. Ao longo da vida, a sua arte,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

através da pintura, do desenho e da gravura, mas também da tapeçaria e do azulejo, exerceu uma forte influência em artistas, poetas e escritores. -----

----- Júlio Pomar tem forte exposição no concelho de Oeiras, sendo um dos artistas com maior e mais importante representatividade no Centro de Arte Moderna Manuel de Brito, onde tem sido objeto de várias exposições. O Grupo Isaltino Inovar Oeiras de Volta propõe à Assembleia Municipal uma moção de homenagem e lamento pelo desaparecimento do artista, nome maior da pintura modernista portuguesa, sempre envolvido com o seu tempo e com o seu país.” -----

4.13.1. VOTAÇÃO – MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção de Homenagem e Condolências, a qual foi aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), cinco do Partido Socialista

(António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Os Senhores Deputados Rui Pedro do Carmo Teixeira e Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta e Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 51/2018** -----

-----**MOÇÃO DE HOMENAGEM E CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE JÚLIO POMAR, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Animais-Natureza, prestar homenagem e lamento pelo desaparecimento do artista Júlio Pomar, nome maior da pintura modernista portuguesa, sempre envolvido com o seu tempo e com o seu país. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”

4.14. PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU -----

----- “PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS-----

----- O processo de transferência de competências para os municípios, que o Governo intenta concretizar, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais sem autonomia administrativa e financeira. -----

----- A inexistência das Regiões Administrativas, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. ---

----- Estipulando-se, especificamente, que do processo não possa resultar aumento da despesa pública, tal significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas. -----

----- Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, que elas hoje não

detêm, e que a experiência de décadas demonstra que novas competências já transferidas se traduziram, sempre, em mais encargos para as autarquias, sem garantias futuras quanto ao regime financeiro.-----

-----Face aos projetos que visam transferir competências para as autarquias, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida a vinte e oito de maio de dois mil e dezoito delibera: -----

-----Um- Reclamar uma descentralização efetiva que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações;-----

-----Dois- Reiterar a exigência da criação das Regiões Administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática da administração pública e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias.-----

-----Três- Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos. -----

-----Quatro-Expressar as maiores reservas quanto à transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o poder de decisão no Governo e na Administração Central e generalizando fórmulas de tutela efetiva, com a progressiva corrosão e destruição da autonomia local.-----

----- Cinco- Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a comprovada garantia da dotação das autarquias com os meios necessários e indispensáveis ao seu pleno exercício presente e futuro.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Moção foi admitida à discussão.-----

4.15. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta proposta de moção deixa-nos um pouco estupefactos, porquanto o pacote de transferência de competências para os Municípios que foi anunciado nas suas linhas gerais e que aqui, aliás, foi já objeto de intervenção da parte do Partido Socialista, na última Assembleia Municipal, e que resulta de um acordo para uma reforma mais profunda nas atribuições e competências das Autarquias Locais e não só dos Municípios, tem, desde logo, um pilar fundamental que é a Lei das Finanças Locais. Portanto, estranhámos que quando o que é conhecido revela que uma das peças desta reforma passa, precisamente, pela Lei das Finanças Locais, que a moção vá no sentido de dizer que se rejeita qualquer transferência sem a comprovada garantia da adoção das Autarquias dos meios necessários e indispensáveis ao seu pleno exercício presente e futuro.-----

----- Parece-nos que está fora do tempo, corresponde a uma prática que, reconhecemos, foi seguida durante muitos anos, no passado, transferir competências e não transferir recursos. Mas, hoje, o que é público e foi objeto de um acordo entre os dois maiores Partidos vai no sentido oposto, portanto, não me parece que tenha sentido votar favoravelmente esta moção.”-----

4.16. O Senhor Deputado António Moita (IOMAF) referiu o seguinte:-----

----- “Relativamente a esta proposta há duas questões que entendemos devem ser pensadas à luz daquilo que, efetivamente, aconteceu.-----

----- Aquilo que o Senhor Deputado do Partido Socialista aqui nos disse é que há um conjunto de intenções, que se expressaram através de um acordo entre os dois maiores Partidos

com representação parlamentar, mas cuja consubstanciação em termos de transferência de verbas para os Municípios, não aconteceu ainda e não sabemos se vai acontecer no futuro. O Senhor Deputado diz que é algo que no passado se passou muitas vezes, é um facto. Mas, para além das intenções que foram expressas e que do nosso ponto de vista são positivas, não houve ainda, no plano prático, muito mais do que isso, e, portanto, compreendemos a dificuldade de quem apresentou esta moção em aceitar que aquilo que outrora aconteceu, não volte agora a acontecer.

-----Do nosso ponto de vista parece-nos positivo que se diga aquilo que, nomeadamente no ponto cinco, foi referido, como seja: "...rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a comprovada garantia de dotação das autarquias com os meios necessários e indispensáveis ao seu pleno exercício presente e futuro". De facto, a comprovada garantia da dotação das autarquias, ainda não aconteceu, oxalá venha a acontecer. E, portanto, não nos parece que, à cautela, como precaução, não seja entendível esta proposta que aqui é feita.-----

-----Já temos mais dúvidas relativamente àquilo que refere o segundo parágrafo e que refere o ponto dois da proposta, designadamente quando refere: "...reiterar a exigência da criação das Regiões Administrativas...", a criação das Regiões Administrativas é um imperativo constitucional, mas a forma de o fazer foi objeto de um referendo realizado ao povo português e a resposta não foi positiva à proposta que então era apresentada. Não houve, até hoje, outra. E, portanto, entendemos que, pese embora, se tratar de um imperativo constitucional, parece-nos que a vontade popular ficou expressa na não criação das Regiões Administrativas, pelo menos da forma como elas eram consideradas, e, até ver, à cautela, como a CDU fez no ponto cinco, à cautela, nós, também, enquanto não houver uma proposta concreta sobre que tipo de Regiões Administrativas ou de Regionalização pretendemos, também julgo que não devia ser tema desta proposta e criação das Regiões Administrativas não exclui, efetivamente, a questão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transferência de competências para os Municípios, que pode continuar a processar-se, que deve, do nosso ponto de vista, continuar a processar-se, deve haver um reforço muito claro das competências das autarquias.-----

----- E, portanto, relativamente ao ponto dois, confesso e pediria à Mesa ou ao proponente, se isso fosse possível, que a votação acontecesse ponto por ponto, porque se a nossa posição é favorável relativamente a quatro dos pontos, já relativamente ao imperativo da criação das Regiões Administrativas, tenho mais dúvidas. Portanto, é esta a nossa posição sobre esta proposta.”-----

4.17. O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) disse o seguinte:-----

----- “Há aqui algumas notas que acho importante referir. O País e a representação política em Portugal não se faz em exclusivo e não é por ter havido um acordo que contempla algumas matérias. -------

----- A representação política dos cidadãos não se divide entre PS e PSD, e, estou em crer que desta vez ambos os Partidos se esqueceram um pouco disto. -----

----- Embora não concorde com muitas coisas que são colocadas nesta moção e que foram, e bem, explicitadas pelo anterior colega, não deixo de concordar na íntegra com o ponto cinco, em que diz e volto a referir:”... rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a comprovada garantia de dotação das autarquias com os meios necessários e indispensáveis ao seu pleno exercício presente e futuro.” É que todos nós nos recordamos, também, há cerca de dez/onze anos atrás, quando foram atribuídas competências às autarquias no âmbito das Escolas Primárias e Jardins-de-Infância e quem já aqui em Oeiras lidava diretamente

com a situação, todos nós nos recordamos de que foi fácil a imposição da transferência dessas competências. Já a dotação dos meios, na altura do Governo PS, foi algo manifestamente insuficiente e em que colocaram quase todas as autarquias deste país a “apagar fogos”, relativamente a esta matéria. É exatamente por isso que deixava aqui este lembrete, esta memória. -- -----

-----Reforçar, novamente, que o país político não se faz só de PS e de PSD.” -----

4.18. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Relativamente a esta proposta muito do que havia a dizer já foi referido anteriormente, quer pelo Senhor Deputado Jorge Rato (PS), quer pelo Senhor Deputado António Moita (IOMAF). -----

-----Efetivamente, consideramos que esta proposta é um exemplar claro daquilo que nós dizemos: “o ótimo é inimigo do bom”, ou seja, no fundo, o que queremos dizer com isto é que esta proposta acaba por ser prematura, desajustada à realidade, não tem em conta aquilo que pode ser feito naquilo que está, efetivamente, disponível e, mais do que isso, é limitadora de quaisquer alterações que, desde logo, possam vir a ocorrer neste domínio. -----

-----Estranhamos, até, que a CDU que, aliás, é parceira do Governo, enfim, parceira no sentido de ser um dos esteios do mesmo, não tenha conseguido, de facto, junto dele uma solução idêntica aquela que aqui nos traz e que veja necessidade agora de nesta Assembleia, provavelmente noutras, em todo o país, vir a procurar em sede local aquilo que não consegue em sede central. -----

-----Consideramos, de facto, que isto é uma forma de, no fundo, refletir uma incapacidade, por parte do proponente de em sede própria, que é a Assembleia da República, conseguir aquilo que lhe parece justo e conseqüentemente traz até esta Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

este tema. Naturalmente, pelas razões apontadas o PSD irá votar contra.”-----

4.19. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) disse o seguinte:-----

----- “Dizer que o Bloco de Esquerda está de acordo com esta Moção e com algumas das intervenções que foram aqui feitas. Dado o limite de tempo que temos, diria apenas que esta descentralização rima com “centrão”.” -----

4.20. O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) referiu o seguinte: -----

----- “A Moção está apresentada e creio que fala por si. No entanto, há aqui duas notas que eu gostaria de referir. -----

----- Primeiro em relação a esta questão que o PS levantou, é bom termos em conta que todas as alterações que houve, até hoje, nos domínios das novas competências para as autarquias, nunca foram acompanhadas por questões financeiras que as salvaguardassem e, portanto, nesse sentido, creio que este alerta que fazemos é justo. -----

----- Outra questão que foi colocada é o votarmos ou não ponto a ponto. Por nós, não vemos nenhuma objecção a que seja votado ponto a ponto. -----

----- A terceira nota que queria referir tem a ver com o que nós dizemos em relação às regiões administrativas, defendemos que haja regiões, já houve, de facto, um referendo mas consideramos que qualquer processo de descentralização que invoque assembleias intermunicipais e soluções intermunicipais sem legitimidade democrática é complicado e nesse sentido a parte da regionalização, em nosso entender, faz bastante falta em todo este processo. ---

----- Última nota, o que se tem tentado fazer e já se fez na educação e que o Município de Oeiras está integrado, que é uma descentralização em pesca à linha, em que cada qual adere ou

não adere, faz com que se perca a coesão nacional e se perca a solidariedade inter-regional e isso, francamente não nos agrada absolutamente em nada e por isso pomos essa posição. -----

-----Portanto, estas são as opiniões que temos sobre esta matéria e gostaríamos que a Assembleia aprovasse estas posições.” -----

4.21. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Esta Proposta de Moção assenta basicamente em dois pontos, apesar de serem cinco. Por um lado, reiterar a exigência da concretização de um preceito constitucional, a criação das regiões administrativas e, por outro, exigir que qualquer transferência de competência seja feita com o respetivo suporte financeiro. Como estes dois pontos nos merecem um claro apoio o Grupo INOV vai votar favoravelmente.”-----

4.22. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Pergunto se mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra sobre este tema? Não havendo passo a palavra ao Senhor Vice-Presidente.” -----

4.23. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Uma nota muito breve apenas para agradecer à CDU, a coragem de ter trazido este tema nos termos que o trouxe. Quem conhece minimamente a Administração e, necessariamente, a Administração Local, sabe da necessidade e dos constrangimentos que o País tem graças à falta de um Poder Regional com legitimidade e com capacidade decisória. Lamentavelmente, quarenta e quatro anos não foram suficientes para que o País fosse capaz de criar esse nível de decisão temendo, num Estado com novecentos anos, sabe-se lá o quê. E, suspirando por um agravamento ou temendo um agravamento financeiro, quando há uma certa regionalização que está feita. Eu gostava que alguém me informasse quem é que é o Diretor Regional de Saúde de Lisboa, quem é que é o Diretor Regional de Educação de Lisboa, o Presidente da CCDR certamente saberá e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

saberem o porquê que os destinos da coordenação regional, da efetiva política regional de Lisboa, não está nas mãos dos eleitores, não é sujeita a sufrágio eleitoral e é sujeita a nomeação do Terreiro do Paço. E Terreiro do Paço é aqui perto, pior seria se estivéssemos em Vila Real ou lá em cima em Mirandela ou em Bragança, tão esquecidos pelo Poder Central. Como tal, Senhora Presidente é apenas e só para agradecer à CDU e dar os parabéns pela Moção.”-----

4.24. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Irei pôr à votação esta Proposta de Moção ponto por ponto.” -----

4.25. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 1-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação o Ponto Um desta Proposta de Moção, o qual foi aprovado, por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), cinco do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino,

Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----O Senhor Deputado Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 52/2018** -----

-----**PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 1** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Ponto Um da Proposta de Moção referida em título e deliberou por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reclamar uma descentralização efetiva que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e a eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”

4.26. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 2-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação o Ponto Dois desta Proposta de Moção, o qual foi aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), com

dez abstenções, sendo cinco do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira) e uma do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão) e com um voto contra do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Ana Paula Pereira Cremon de Lemos). -----

-----O Senhor Deputado Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 53/2018**-----

-----**PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 2**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Ponto Dois da Proposta de Moção referida em título e deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com dez abstenções, sendo cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente e uma do Centro Democrático Social-Partido Popular e com um voto contra do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta, reiterar a exigência da criação das Regiões Administrativas enquanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática da administração pública e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.27. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 3-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação o Ponto Três desta Proposta de Moção, o qual foi aprovado, por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva

e António Fazenda Coimbra), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), com duas abstenções do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), e com cinco votos contra do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida). -----

-----O Senhor Deputado Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 54/2018** -----

-----**PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 3** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Ponto Três da Proposta de Moção referida em título e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com duas abstenções do Partido Social Democrata, e com cinco votos contra do Partido Socialista, rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.28. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 4-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação o Ponto Quatro desta Proposta de Moção, o qual foi aprovado, por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do

Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com sete votos contra, sendo cinco do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida) e dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte). -----

-----O Senhor Deputado Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 55/2018** -----

-----**PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 4** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Ponto Quatro da Proposta de Moção referida em título e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com sete votos contra, sendo cinco do Partido Socialista e dois do Partido Social Democrata, expressar as maiores reservas quanto à transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o poder de decisão no Governo e na Administração Central e generalizando fórmulas de tutela efetiva, com a progressiva corrosão e destruição da autonomia local.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.29. VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 5-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação o Ponto Cinco desta Proposta de Moção, o qual foi aprovado, por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com sete votos contra, sendo cinco do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge

Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida) e dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte). -----

-----O Senhor Deputado Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 56/2018** -----

-----**PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU – PONTO 5** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Ponto Cinco da Proposta de Moção referida em título e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com sete votos contra, sendo cinco do Partido Socialista e dois Partido Social Democrata, rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a comprovada garantia da dotação das autarquias com os meios necessários e indispensáveis ao seu pleno exercício presente e futuro. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.30. RECOMENDAÇÃO – USO EFICIENTE DE RECURSOS – PELA RACIONALIZAÇÃO DO USO DE PAPEL E PELA UTILIZAÇÃO DE PAPEL RECICLADO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “O grande consumo de papel e os métodos de produção insustentáveis do mesmo englobam a lista das atividades humanas mais prejudiciais ao planeta.-----

----- O papel é, basicamente, fabricado de fibras de celulose extraído de árvores com um alto teor de celulose, sendo as mais utilizadas o pinheiro (tem fibras mais longas e por isso é mais resistente e apresenta um preço mais baixo) e o eucalipto (possui um crescimento muito rápido).-----

----- No que respeita à produção do papel e em termos de impacto ambiental, as maiores preocupações residem no abate de árvores, na existência de “monoculturas” para a sua produção e nos resíduos gerados durante todo o processo de fabricação, sendo a diminuição da biodiversidade uma das causas do aumento de desequilíbrios ambientais.-----

----- Para o fabrico de aproximadamente uma tonelada de papel, são necessárias, cerca de duas toneladas de madeira, quarenta e quatro a cem mil litros de água e de cinco a sete vírgula seis mil kilowatt de energia. A produção desta mesma quantidade de papel gera, ainda, dezoito quilos de poluentes orgânicos e oitenta e oito quilos de resíduos sólidos. Já no processo de reciclagem, o volume de água utilizado cai para dois mil litros e o consumo de energia cai para dois virgula cinco mil kilowatt.-----

----- Além disso, o uso de produtos químicos altamente tóxicos na separação e no branqueamento da celulose representa um risco para a saúde humana e para o meio ambiente - comprometendo a qualidade da água, do solo e dos alimentos.-----

----- Reciclar o papel, ao invés de fabricá-lo a partir da celulose, leva a uma redução de consumo de energia, emissão de poluentes e do uso da água, além de redução de papel

inutilizado como resíduo sólido.-----

-----A reciclagem é fundamental para alcançar a sustentabilidade. Uma tonelada de resíduos de papel pode evitar o corte de dez a doze árvores e, na reciclagem, levar à poupança de matérias-primas, especialmente da água utilizada nos processos de produção a partir da celulose.

-----A reciclagem do papel, além dos fatores económicos que propicia, contribui para a preservação dos recursos naturais (matéria-prima, energia e água), redução da poluição e dos resíduos sólidos urbanos gerados. -----

-----Ao utilizar papel reciclado, passamos a contribuir para uma utilização dos recursos naturais de maneira mais responsável.-----

-----Pode-se afirmar, sem hesitação, que a reciclagem diminui os índices de poluição da água e da atmosfera.-----

-----É importante não esquecer, no entanto, que apesar de proporcionar todos estes benefícios, a indústria da reciclagem também consome energia e também polui, pelo que é fundamental o uso racional do papel e o consumo sustentável do mesmo. -----

-----Com a diminuição da utilização do papel ou, quando necessária a sua utilização, se opte pela vertente reciclada, alcançam-se três objetivos: -----

----- - Diminuição da despesa pública, tanto pela menor quantidade de papel a adquirir, quer pela diminuição da necessidade de consumíveis de impressão/cópia; -----

----- - Redução do impacto ambiental; -----

----- - Adoção de procedimentos desmaterializados, mais acessíveis e simples para os cidadãos. -- -----

-----Assim e face ao acima exposto, o PAN propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Um: Adote medidas de sensibilização junto de todos os serviços municipais para a racionalização do uso de papel, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros número cinquenta e um de dois mil e dezassete; -----

----- Dois: Desenvolva procedimentos que permitam, sempre que possível, a não utilização de papel, substituindo o mesmo por meios digitais; -----

----- Três: Adquirir e utilizar somente papel reciclado no desenvolvimento da sua atividade, aquando da necessidade de uso de papel.” -----

4.31. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) disse o seguinte: -----

----- “Queria dizer que esta Moção caiu por terra, uma vez que os serviços da Câmara Municipal de Oeiras já utilizam, e cada vez mais, os meios digitais. Aliás, saiu há duas semanas uma Ordem de Serviço sobre este mesmo assunto. Ou seja, tudo o que diz aqui na Moção já está a ser feito na Câmara Municipal de Oeiras e por isso isto não tem lógica nenhuma. Isto porque cada vez mais são utilizados os circuitos digitais, e-mails, digitalizações e quase já não se usa papel. Embora o texto esteja muito bem feito, não contesto nada disto que está aqui, agora a proposta de fazer racionalização do uso de papel já estar a ser feita e muito bem feita.” -----

4.32. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Pedia à Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) que acrescentasse três pequenas palavrinhas nos três pontos (uma em cada) - “prossiga na adoção de medidas”, “prossiga no desenvolvimento dos procedimentos” e “prossiga na aquisição e utilização preferencial” e não somente esta exclusividade que é demasiado limitativa. Isto porque há situações ou pode haver situações em que o papel reciclado não dê resultado, porque há situações para as quais o papel

reciclado não serve. Portanto, tem que haver pelo menos uma possibilidade de, num caso excecional, poder ser utilizado papel não reciclado. De resto, estamos de acordo desde que seja, de facto, uma moção que peça para que se prossiga na política que está a ser desenvolvida.”-----

4.33. O Senhor Deputado Domingos Santos (IOMAF) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Relativamente à recomendação do PAN, julgo que todos nós, todos os grupos políticos temos a mesma preocupação que é defender a nossa casa comum que é o nosso planeta e assumir responsabilidades de quem tem que tomar decisões e no caso concreto ao nível do Poder Local. -----

-----Nós estamos de acordo que devemos reutilizar, devemos evitar a utilização que ponha em causa os recursos e o equilíbrio do planeta. Estamos todos de acordo e há um esforço do Município nesse sentido que deve ser reforçado e, enfim, todos devemos contribuir para que prossiga os objetivos.-----

-----Relativamente à reciclagem de papel, de facto, na instituição em que trabalho, de que sou responsável, nós colocámos o papel reciclado para fotocópias, testes, etc., de lado, porque não tem a qualidade do papel feito de raiz e acaba por danificar o planeta também por outros motivos, danificando as máquinas, etc.. De qualquer forma, o papel pode ser reciclado e aproveitado para papelão, outros tipos de papel, nós temos uma fábrica de vanguarda aqui, que é a Renova, em Torres Novas que, de facto, faz um aproveitamento cem por cento do papel e aí sim, estou de acordo. -----

-----Eu tenho tido a preocupação de ao escolher ou fazer o caderno de encargos, quando isso é permitido, porque a Administração Central tem chamado a si concursos internacionais com agregação de necessidades, mas colocar no caderno de encargos também preferência por papel que na sua composição valorize, ou empregue, ou utilize recursos renováveis anualmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Há muito papel já com certas ervas, com algodão, etc., que, naturalmente tem custos também mas não tem os custo que tem a devastação da floresta. Portanto, é de saudar, acho que a preocupação é comum e estamos de acordo com a proposta que o INOV fez e acho que estamos todos no mesmo barco e que pretendemos todos o mesmo.”-----

4.34. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) disse o seguinte:-----

----- “Aceito a sugestão.”-----

4.35. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Vou pôr à votação esta Recomendação com a sugestão feita pelo Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) e que foi aceite pela proponente Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).”-----

4.36. RECOMENDAÇÃO – USO EFICIENTE DE RECURSOS – PELA RACIONALIZAÇÃO DO USO DE PAPEL E PELA UTILIZAÇÃO DE PAPEL RECICLADO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN – VERSÃO FINAL -----

----- “O grande consumo de papel e os métodos de produção insustentáveis do mesmo englobam a lista das atividades humanas mais prejudiciais ao planeta.-----

----- O papel é, basicamente, fabricado de fibras de celulose extraído de árvores com um alto teor de celulose, sendo as mais utilizadas o pinheiro (tem fibras mais longas e por isso é mais resistente e apresenta um preço mais baixo) e o eucalipto (possui um crescimento muito rápido).-----

----- No que respeita à produção do papel e em termos de impacto ambiental, as maiores

preocupações residem no abate de árvores, na existência de “monoculturas” para a sua produção e nos resíduos gerados durante todo o processo de fabricação, sendo a diminuição da biodiversidade uma das causas do aumento de desequilíbrios ambientais. -----

-----Para o fabrico de aproximadamente uma tonelada de papel, são necessárias, cerca de duas toneladas de madeira, quarenta e quatro a cem mil litros de água e de cinco a sete vírgula seis mil quilowatt de energia. A produção desta mesma quantidade de papel gera, ainda, dezoito quilos de poluentes orgânicos e oitenta e oito quilos de resíduos sólidos. Já no processo de reciclagem, o volume de água utilizado cai para dois mil litros e o consumo de energia cai para dois vírgula cinco mil quilowatt. -----

-----Além disso, o uso de produtos químicos altamente tóxicos na separação e no branqueamento da celulose representa um risco para a saúde humana e para o meio ambiente - comprometendo a qualidade da água, do solo e dos alimentos.-----

-----Reciclar o papel, ao invés de fabricá-lo a partir da celulose, leva a uma redução de consumo de energia, emissão de poluentes e do uso da água, além de redução de papel inutilizado como resíduo sólido.-----

-----A reciclagem é fundamental para alcançar a sustentabilidade. Uma tonelada de resíduos de papel pode evitar o corte de dez a doze árvores e, na reciclagem, levar à poupança de matérias-primas, especialmente da água utilizada nos processos de produção a partir da celulose.

-----A reciclagem do papel, além dos fatores económicos que propicia, contribui para a preservação dos recursos naturais (matéria-prima, energia e água), redução da poluição e dos resíduos sólidos urbanos gerados. -----

-----Ao utilizar papel reciclado, passamos a contribuir para uma utilização dos recursos naturais de maneira mais responsável.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Pode-se afirmar, sem hesitação, que a reciclagem diminui os índices de poluição da água e da atmosfera. -----

----- É importante não esquecer, no entanto, que apesar de proporcionar todos estes benefícios, a indústria da reciclagem também consome energia e também polui, pelo que é fundamental o uso racional do papel e o consumo sustentável do mesmo. -----

----- Com a diminuição da utilização do papel ou, quando necessária a sua utilização, se opte pela vertente reciclada, alcançam-se três objetivos:-----

----- - Diminuição da despesa pública, tanto pela menor quantidade de papel a adquirir, quer pela diminuição da necessidade de consumíveis de impressão/cópia; -----

----- - Redução do impacto ambiental;-----

----- - Adoção de procedimentos desmaterializados, mais acessíveis e simples para os cidadãos.-- -----

----- Assim e face ao acima exposto, o PAN propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que:-----

----- Um: Prossiga as medidas de sensibilização junto de todos os serviços municipais para a racionalização do uso de papel, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros número cinquenta e um de dois mil e dezassete; -----

----- Dois: Prossiga os procedimentos que permitam, sempre que possível, a não utilização de papel, substituindo o mesmo por meios digitais; -----

----- Três: Prossiga a utilização preferencial pelo papel reciclado no desenvolvimento da sua atividade, aquando da necessidade de uso de papel.” -----

4.36.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Recomendação, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), cinco do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com uma abstenção do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça). -----

-----O Senhor Deputado Paulo Nicholas Bastos Pinto, do Partido Socialista, não estava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 57/2018** -----

----- **RECOMENDAÇÃO – USO EFICIENTE DE RECURSOS – PELA RACIONALIZAÇÃO DO USO DE PAPEL E PELA UTILIZAÇÃO DE PAPEL RECICLADO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Recomendação referida em título, e deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com uma abstenção do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que:-----

----- Um – Prossiga as medidas de sensibilização junto de todos os serviços municipais para a racionalização do uso de papel, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros número cinquenta e um barra dois mil e dezassete;-----

----- Dois – Prossiga os procedimentos que permitam, sempre que possível, a não utilização de papel, substituindo o mesmo por meios digitais;-----

----- Três – Prossiga a utilização preferencial pelo papel reciclado no desenvolvimento da sua atividade, aquando da necessidade de uso de papel. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.37. MOÇÃO – POR UM DEBATE SÉRIO E ALARGADO SOBRE MOBILIDADE EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

-----“Reconhecidamente, Oeiras tem vindo a enfrentar um agravamento das condições de mobilidade, transportes e acessibilidades, afetando e prejudicando a qualidade de vida dos seus munícipes, conforme já demonstraram estudos de opinião realizados. O crescimento urbanístico promovido nas últimas décadas não acautelou devidamente esta realidade. -----

-----Oeiras não acompanhou o impulso de outros concelhos da área metropolitana de Lisboa, em que foi possível o investimento em novas vias estruturantes, o alargamento e qualificação das redes de transportes públicos, a concretização de modelos de mobilidade suave, com mais quilómetros de ciclovias e intervenções integradas no espaço público ou a aposta séria na mobilidade elétrica. -----

-----Este foi aliás, um tema para o qual todos os partidos e movimentos políticos, e em especial o Partido Socialista, nas últimas eleições autárquicas, procuraram contribuir apresentando propostas que pretendiam, precisamente, responder às insuficiências e fragilidades do modelo de mobilidade do Concelho de Oeiras.-----

-----No momento em que se preparam e planificam investimentos e opções, seja no quadro do Conselho Metropolitano de Lisboa ou da programação do quadro dos apoios da União Europeia para a próxima década, é fundamental que o município de Oeiras participe e assuma, com clareza e ambição, a liderança desse processo, sabendo hierarquizar prioridades e definindo sem equívocos ou ambiguidades as soluções que preconiza.-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras, refletindo a sua pluralidade, não pode ficar alheada e deve participar ativamente no debate sobre a construção da estratégia que se impõe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para a mobilidade em Oeiras nos próximos anos, do qual se devem esperar consensos e soluções efetivas em que os munícipes se revejam e possam ser tidas em conta pelo executivo municipal. -

----- Neste sentido, os membros do Partido Socialista propõem que, pela aprovação da presente moção, a Assembleia Municipal de Oeiras delibere pela realização de uma reunião temática exclusiva sobre a política de mobilidade no Concelho de Oeiras, a agendar em horário pós- laboral, que seja precedido da disponibilização pública pela Câmara Municipal de todos os relatórios sobre a matéria realizados por ou para o Município nos últimos dez anos.”-----

4.38. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente queria colocar à Mesa uma questão que só o proponente pode responder, mas pelo seu intermédio. -----

----- Nos termos do Regimento, concretamente do artigo trinta e dois, número sete, cada grupo político tem a possibilidade de, em cada ano de mandato, propor um debate exclusivo em termos potestativos. E, eu queria perguntar, de facto, se é ao abrigo desta disposição que o Partido Socialista está aqui a apresentar esta proposta, porque se o for, necessariamente, ela poderá ser obviamente alvo de votação mas é um direito que lhe assiste. O que, normalmente tem sido sempre hábito é apresentado em conferência de líderes e aí é deliberado naturalmente. O Partido Socialista optou por apresentar à Assembleia mas o PSD pretende saber se é ao abrigo deste facto, sob pena de não o ser podemos encarar isto de outra maneira, porque, enfim, é uma deliberação da Assembleia e acho que todos compreenderão a razão de ser da questão e mais não digo.”-----

4.39. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----

-----“O problema da mobilidade é um problema transversal ao Concelho e penso que interessa a todos: Freguesias, Assembleia Municipal e Município. -----

-----Fazer um debate suportado tecnicamente com especialistas e que nos permita concentrar numa Sessão da Assembleia Municipal, sem limitações de tempo ou de táticas político/partidárias, um debate sério sobre a matéria, parece-nos importante. Se nós quiséssemos utilizar o artigo trinta e sete não tínhamos apresentado uma moção a esta Assembleia, porque pensamos que esta é uma matéria que recolhe a consideração e o apoio de todos movimentos e partidos aqui presentes.” -----

4.40. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente desculpe insistir mas eu ainda não estou esclarecido e não estou por uma razão. Não há aqui tratamento diferente e, agora, independentemente de ser potestativo ou não, agora já vimos que não o é, não há aqui tratamento diferenciado para o tratamento deste tema. Este tema vai ser tratado numa reunião pós laboral, portanto, terá que ser, aliás o artigo é muito claro, há de ser à noite, com certeza, há de ser marcada em tempo oportuno e segue naturalmente aquilo que são os requisitos regimentais, pela apresentação da Câmara e isto tem tempos precisos. Portanto, nós temos que saber aqui, afinal o que estamos aqui a votar em termos de apreciação no momento próprio e distribuição dos tempos porque, isto tem, de facto, consequências. E antes que haja aqui uma votação sem estarmos devidamente esclarecidos no que respeita a esta matéria, e quero desde já aqui dizer que o PSD não põe quaisquer entraves quanto ao tema em questão porque, de facto, ele é relevante, naturalmente, para todos. O que importa aqui perceber é em que termos é que vamos depois fazer esta reunião a partir do momento em que ela é aprovada. Isto porque se é um debate exclusivo ele está previsto na lei, neste caso no Regimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, o que eu pretendia, de facto, do Partido Socialista é um esclarecimento claro de que esta proposta, no fundo, cabe, naquilo que é os ditames regimentais no que respeita a temas exclusivos, porque esta reunião vai ter um tema exclusivo que é este e não mais do que isso, como outros que têm sido feitos nesta Assembleia em momentos anteriores, sobre a saúde, enfim sobre muitas coisas, e, portanto, é isso que eu pretendo ser esclarecido para obviamente, não pondo em causa o tema em si e a necessidade dele ser discutido, poder, até junto depois da Câmara, a Senhora Presidente da Assembleia, de facto, dizer à Câmara o que ela tem que fazer numa sessão com estas características.” -----

4.41. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente confesso que tenho dificuldade em esclarecer uma coisa que não percebo o que está em causa. Numa Assembleia Municipal em que é afixado na ordem de trabalhos um tema é suposto os deputados municipais discutirem esse tema. Excecionalmente como, por exemplo, na última Sessão em que estivemos aqui a ler o Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, veio a Senhora Presidente da CPCJ apresentar o trabalho que tinha sido feito. Questões, desta natureza, como a mobilidade ou futuramente a questão da estratégia nacional de habitação, penso que requerem um debate mais alargado em que a Assembleia pode convidar especialistas a virem cá falar sobre o assunto e todos nós ganhamos com isso.-- -----

----- Nesse quadro e parece que a proposta vai no sentido de a Assembleia fazer uma sessão especial, um debate específico, o que lhe nós quisermos chamar, em que precisamente sejam convidadas individualidades para virem cá falar, é essa a proposta que nós fazemos.

Pareceu-nos que não tinha muito sentido avançar com um agendamento potestativo porque nos parece que é uma matéria que diz respeito a todos e que todos durante este mandato, têm defendido que era necessário ser feito e que todos ganharemos, seguramente, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, em ter aqui um debate alargado sobre essa matéria, com diferentes visões do tema e pessoas que venham, inclusive, especialistas de fora, para contribuir para esse debate e é nesse sentido que nós propomos um debate alargado.” -----

4.42. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado era aquilo que eu pensava que o Senhor queria mas que não tinha dito e penso também que o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) a mesma coisa. Aquilo que se pretende é um debate específico sobre o tema da mobilidade. Pronto, muito bem, mas quer dizer, isto poderia inclusive ter sido acordado numa conferência de líderes, do interesse por um debate específico sobre isto e não seria necessário trazer a uma Assembleia. Mas muito bem, o Senhor acabou por esclarecer que é, na realidade, um debate específico que se pretende e pessoalmente acho muito bem.” -----

4.43. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes: -----

-----“Senhor Deputado Jorge Rato (PS) quando diz que quer fazer um debate sobre esta temática e que independente das táticas partidárias e redige nesta moção: “o crescimento urbanístico promovido nas últimas décadas não acautelou devidamente esta realidade”, não me parece que o texto da moção queira o debate livre de táticas ... deixe-me acabar, Senhor Deputado. Quando o oíço falar nestes termos, o que eu penso, quando o Pedro fala de Paulo eu sei mais de Pedro que de Paulo, naturalmente como está a falar de táticas partidárias para uma suposta Assembleia Municipal livre de constrangimentos, aberto a toda a gente e começa por dizer que: “o crescimento urbanístico não acautelou esta realidade”, significa que não quer esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

moção aprovada. Se alterar a redação da moção e acabar dizendo assim: “os membros do Partido Socialista propõem que a Assembleia Municipal delibere a realização de uma reunião temática”. O debate sobre esta temática é importantíssimo, o seu julgamento apriorístico é que é tático.” ----

4.44. O Senhor Deputado António Moita (IOMAF) disse o seguinte:-----

----- “Acrescentar apenas relativamente àquilo que já aqui foi dito, e como na essência concordo que o Partido Socialista tem uma tendência para querer colocar questões de forma, como já aqui foi dito, apriorística e que condicionam tudo o resto. Desde logo pelo título: “propor um debate sério”. Presumo que os debates que se realizaram, que se realizam e continuarão a realizar-se na Assembleia Municipal são sérios. Portanto, não é pelo Partido Socialista querer um debate sério, que depreendemos que os outros não o foram, ou que este poderia não o ser.-----

----- Segundo, concordo que este é um tema, aliás como foi dito, transversal. Transversal a todas as forças políticas e todas elas apresentaram propostas aos eleitores sobre este assunto. E, portanto, não vejo nenhum inconveniente em discutir este tema.-----

----- Acho que este expediente que o Partido Socialista usa é uma abertura de porta perigosa. Isto porque a partir de agora todas as forças políticas quando quiserem agendar um debate temático vêm aqui à Assembleia e passam por cima daquela disposição consagrada para este efeito. Portanto, acho que é uma abertura de porta que não me parece ser correta para fugir a esta cláusula.-----

----- Depois, o Partido Socialista tem a tendência de também para se esquecer que a transversalidade do tema, não é só dos partidos ou das forças políticas aqui representadas é

também uma transversalidade em termos das várias câmaras ou dos municípios onde este problema se põe. Quando diz que: “Oeiras não acompanhou o impulso de outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa”, o que quer dizer com isto? Quer dizer que os outros, que os outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa já resolveram os problemas que têm a este nível? Olhe que eu ando por lá e acho que não, com toda a sinceridade.-----

-----Portanto, parece-me que há demasiadas questões que condicionam o tal debate sério e desse ponto de vista julgo que o Partido Socialista, enfim não é um conselho, mas, parece-me que, se quer agendar, se quer, de facto, marcar agenda política, se quer agendar este tema julgo que na próxima reunião de Conferência de Líderes pede o agendamento potestativo de uma reunião deste tipo. E parece-me que assim teríamos a oportunidade de discutir o tema, com certeza que o faríamos de uma forma séria e o Partido Socialista e a Assembleia Municipal, com certeza, que reuniam todas as condições para que do ponto de vista técnico, do ponto de vista político houvesse toda a informação. Julgo que a Câmara Municipal não se furtará a essa responsabilidade e, com certeza, que criaria as condições para que o tema fosse, de facto, discutido de uma forma ampla, mais aberta possível e com a possibilidade das diferentes forças políticas trazerem à discussão todas aquelas que foram as propostas que ao longo do tempo foram apresentando.”-----

4.45. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Confesso a minha juventude e a minha falta de experiência nestas lides. Mas há uma coisa que eu posso comprovar. Neste mandato não houve uma única ordem de trabalho que não tenha sido previamente aprovada e decidida em conferência de líderes. Por isso fiquei extremamente surpreendido ao ver esta proposta. Isto porque a última conferência de líderes não foi há dois meses, nem há um mês, foi na passada quarta-feira. Portanto, não percebo porque é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que este tema, sendo tão importante, não foi apresentado em Conferência de Líderes para se decidir, sobretudo se ler com atenção todo o texto que serve de preâmbulo à proposta do Partido Socialista, ou juntar as duas coisas, o preâmbulo que lhe serve de justificação e o facto de não ter sido apresentada no órgão próprio, ou pelo menos no órgão onde é habitual as ordens de trabalho serem decididas, acho isto perfeitamente estranho. E, face a esta minha estranheza aquilo que eu proporia é que o Grupo do INOV votasse contra, exclusivamente por estes motivos e não por mais nenhum.”-----

4.46. O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) referiu o seguinte:-----

----- “Muito rapidamente até porque gostaria ainda de utilizar o tempo que o CDS dispõe para outros temas aqui marcados.-----

----- Eu acompanho muito das afirmações que foram aqui proferidas e, naturalmente, por isso mesmo também irei votar contra. Eu só deixo uma questão e todos nós, acho que ninguém vive em exclusivo em Oeiras, não frequenta só Oeiras e gostaria de saber se nas outras câmaras municipais, nos outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa onde os senhores têm responsabilidades neste âmbito de uma forma tão ostensiva e até na coordenação da própria Área Metropolitana de Lisboa, se em todas as outras câmaras, reconhecendo que em Oeiras existe deficiências crónicas em termos de transportes, que não são de hoje, já vêm de muito atrás, se tudo corre bem excetuando aqui. Mais, tendo o PS as responsabilidade que tem na Área Metropolitana de Lisboa, o que até hoje se fez em termos de mobilidade objetiva na mesma área. Era só esta a questão que colocava.”-----

4.47. O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) disse o seguinte:-----

-----“Creio que todos nós estamos de acordo que esta matéria merece ser analisada e discutida. Creio que o que há aqui é uma forma processual diferente e eu fazia uma sugestão que era o Partido Socialista retirar a sua proposta e na próxima Conferência de Líderes reanalisaríamos esta situação no sentido de se promover esse debate.” -----

4.48. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente faço minhas as palavras do Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) mais simples do que isto não há, aqui o problema não é, de facto, os fins é o problema que nem sempre os meios justificam os fins.”-----

4.49. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) observou o seguinte: -----

-----“Confesso que estou estupefacto com este tipo de debate. Se fosse na conferência de líderes que se tivesse proposto a realização de um debate específico estava tudo bem, nacional cavalheirismo, palmada nas costas e estaríamos de acordo com o debate. O PS apresenta em plenário da Assembleia Municipal uma proposta de um debate, aqui d’el-Rei que o PS não apresentou na Conferência de Líderes e veio aqui apresentar um debate sobre esta matéria. Nós devemos estar equivocados porque o papel da Assembleia Municipal é também de fixar e definir aqui os debates que se pretendem fazer.-----

----- A Conferência de Líderes, para quem não está habitualmente, o que faz é agendar as propostas que vêm da Câmara Municipal. É evidente que também se algum dos senhores deputados se lembrar de propor um debate específico não será quartado na Conferência de Líderes essa marcação. Agora, estamos aqui a criar uma suspeição que não corresponde à realidade mas faz-me só a seguinte questão: mas os partidos têm medo de votar na Assembleia Municipal um debate específico sobre transportes e sobre mobilidade? Nós, nem nos relatórios da Câmara ouvindo as entrevistas do Senhor Presidente Isaltino Morais constatamos que, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

facto, o problema da mobilidade é um problema do Concelho. Portanto, é preciso fazer um debate sério, aprofundado e isto não significa que os outros debates não sejam sérios, significa que o temos que fazer com suficiente grau de ponderação para encontrarmos as melhores soluções, trabalho esse que está a ser feito nas outras assembleias municipais também e na Área Metropolitana. Ou o Senhor Deputado pelos vistos desconhece mas na Assembleia Municipal de Lisboa a mobilidade é uma matéria que tem conduzido a vários debates específicos e dou-lhe um exemplo de um muito concreto e muito específico que apareceu nos jornais durante semanas e semanas que foi a discussão do conceito do que deveria ser a segunda circular. E eu não sei qual é o problema em nós..., pelo contrário, acho que devemos estimular e fazer debates específicos. A diferença de o porquê não foi apresentada na conferência de líderes e foi apresentado aqui, mas qual é o problema? Os líderes valem mais do que qualquer um dos senhores deputados que aqui estão? Acho que não e, portanto, a matéria pode seguramente ser discutida aqui no período antes da ordem do dia. Agora cada um de nós tem que assumir a responsabilidade pelas decisões que quer tomar.”-----

4.50. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, eu devo fazer aqui um comentário, dada a forma como o Senhor se referiu à Conferência de Líderes.-----

----- A Conferência de Líderes não é só para agendamento das propostas que vêm da Câmara. Por problemas, eventualmente, da sua vida profissional, o Senhor não costuma ser pontual nas Conferências de Líderes e, portanto, não assiste a uma parte significativa delas e talvez por isso, e é a única razão que eu vejo, porque acredito na sua honestidade, o Senhor faça

aqui uma afirmação tão grave como aquela que fez -----
-----Os Líderes são como qualquer dos membros desta Assembleia, representam os membros do seu grupo político, porque não se podem estar a fazer reuniões preparatórias da Assembleia com toda a Assembleia e para isso existe a Conferência de Líderes. -----
-----Falar sobre mobilidade não é de agora Senhor Deputado, há catorze anos o Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) estava na Assembleia Metropolitana nessa altura, havia uma Comissão de Mobilidade. Há anos que se fala neste assunto, não é novidade para ninguém e daí não ser urgente vir-se aqui com esta proposta, urgentíssimo era tratar-se desse assunto há vinte anos atrás, já o era urgente mas quer dizer há metodologias que nós devemos seguir por uma questão de respeito de uns pelos outros. Simplesmente por uma questão de respeito. --- -----
-----Este assunto deveria ter sido posto numa Conferência de Líderes e ter-se agendado um debate específico sobre mobilidade. Como se pode agendar um debate específico sobre o estado da saúde no Município ou qualquer outra das questões importantíssimas e transversais que nós temos. O que aqui e, no fundo, ficámos surpresos, foi com esta proposta do Partido Socialista, que nem sequer lhe chamam debate específico e parece que estamos a pôr aqui rapidamente por cima da mesa uma coisa quando não é preciso pô-la por cima da mesa, nem a resvalar, sejamos claros, porque nós estamos aqui todos com o mesmo fim, cada um com as suas ideias políticas mas a finalidade acredito que é a mesma - é o bem-estar no Concelho de Oeiras. -
-----Portanto, Senhor Deputado eu também lhe faria o mesmo pedido mas se o Senhor não quer retirar esta proposta e fazer um agendamento do modo como é costume e como é próprio desta Assembleia fazer-se eu ponho imediatamente à votação esta sua proposta de moção.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.51. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----

----- “Era só para lamentar os termos em que a Senhora Presidente se referiu àquilo que eu disse, à minha presença na Conferência de Representantes e tirando uma avaliação que não é correta daquilo que foi o facto de não termos apresentado para agendamento este ponto na Conferência de Representantes e fazê-lo aqui como uma moção que não tem nada de depreciativo nem para a Conferência de Representantes nem para esta Assembleia Municipal e registamos a forma, um pouco caricata de fazerem a avaliação daquilo que foi a nossa proposta.”

4.52. VOTAÇÃO DA MOÇÃO – POR UM DEBATE SÉRIO E ALARGADO SOBRE MOBILIDADE EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS ---- -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção, tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com vinte e seis votos contra, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente

(Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte) e um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), com onze votos a favor, sendo seis do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida e Paulo Nicholas Bastos Pinto), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 58/2018** -----

-----**MOÇÃO – POR UM DEBATE SÉRIO E ALARGADO SOBRE MOBILIDADE EM OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Moção referida em título tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com vinte e seis votos contra, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino – Inovar Oeiras de Volta, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, dois do Partido Social Democrata e um do Centro Democrático Social-Partido Popular, com onze votos a favor, sendo seis do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.53. O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “De acordo com o que transmiti há pouco, gostaria de utilizar aquele tempo que já não tenho para fazer aqui algumas referências. -----

----- No próximo dia quatro apresentaremos uma moção aqui a debate ou seja na próxima Sessão da Assembleia Municipal, que já está marcada, para a próxima segunda-feira. E eu gostaria que fosse uma moção que, como é obvio, sempre que qualquer grupo político apresenta uma moção que possa merecer a concordância, se não de todos, pelo menos da maioria para ter aprovação. -----

----- O Boletim Oeiras Atual é um espaço de informação o que se compreende para os munícipes e nós gostaríamos que passasse a ter uma zona onde todos os grupos políticos presentes na Assembleia Municipal, de forma a que possam ser dignificados, pudessem ter um espaço de divulgação própria. -----

----- O Boletim Oeiras Atual e pegando aqui no último número, dá aso e é demonstrativo das iniciativas da Câmara Municipal, do Executivo, entre outras, mas basicamente, será por aqui entre outras atividades e concerne aqui algumas questões legislativas que apresenta na sua zona central. Creio que, seria de todo, de forma a valorizar o trabalho realizado nesta Assembleia Municipal que deste Boletim, desta publicação, todos os grupos políticos pudessem passar a dispor de um espaço onde pudessem de alguma forma publicitar as suas iniciativas neste âmbito que vão deliberando aqui. E dou o exemplo: o PS podia fazer esta moção que acabou por ser rejeitada, poderia fazê-lo a título de exemplo entre outras. Portanto, deixaria aqui para reflexão não aqui em cima da hora e sobre o pano para que se possa votar, deixarei aqui esta indicação com uma semana de antecedência para que todos possamos refletir e no nosso entender que

possa vir a merecer a concordância, se não por unanimidade, da maioria dos aqui presentes.-----

-----Outra questão que gostava de colocar aqui como pergunta, até porque foi algo que já foi falado aquando da revisão do Regimento e que diz respeito ao artigo sessenta e seis do Regimento desta casa, da Assembleia Municipal. Este artigo diz o seguinte: “Transmissão das reuniões em direto - As reuniões da assembleia municipal são transmitidas em direto através do sítio www.cm-oeiras.pt, com menção obrigatória na página de entrada do mesmo, nos termos de regulamento a aprovar por esta”.-----

-----Sabendo nós que a Câmara dispõe, e bem, como vimos aquando a tomada de posse, por exemplo, de meios que permitem que este esclarecimento de que estas cadeiras aqui mesmo que estivessem completas chegaríamos a poucas pessoas e penso que este é um meio que tarda, e já está previsto, ser implementado e eu gostaria de saber, quando é que este meio vai ser disponibilizado aos munícipes, por forma a que possam ver na íntegra, para quem tiver esse interesse, o que se passa aqui na Assembleia Municipal de Oeiras.”-----

4.54. O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) disse o seguinte:-----

-----“Gostaria de levantar aqui duas questões:-----

-----Diz o Senhor Vice-Presidente, às vezes, que o Município está melhor em termos de ambiente. Bem, o Município não pode estar pior. É uma desgraça, tiraram agora a proteção dos equipamentos, onde se punha o lixo e está na rua em exposição pelo Município. O lixo não é recolhido, nem ao fim de semana, sabendo eu que há uma recolha suplementar ao fim de semana. Portanto, o lixo em Oeiras cada vez está pior.-----

-----As baratas são muitas, os ratos são muitos e as pessoas estão a queixar-se. Os terrenos da radio naval e os terrenos junto ao LIDIL, em Linda-a-Velha, onde era a escola secundária, o anexo, são só ratos, é lixo, põe lá comida, são pombos e, portanto, alguma coisa vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mal. Costuma-se dizer naquele provérbio popular: “a água nunca passa duas vezes por debaixo da mesma ponte”, e é isso que está a acontecer aqui em Oeiras, neste momento, com a situação dos resíduos que não têm melhorado e que estão nesta situação. -----

----- Outra questão que eu gostaria de deixar aqui ao Senhor Vice-Presidente e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, é que alguma coisa vai mal em Oeiras. No dia dez deste mês reuniu, aqui, o Conselho Municipal de Segurança e não foram convocados os membros da Assembleia Municipal para esse fim. Eu sei que ainda não nomeámos ou não designámos os representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Segurança. Eu sei, penso que a falha é da Câmara, que devia ter solicitado à Assembleia Municipal, à Senhora Presidente, a indicação dos membros mas quem dá apoio à Câmara nessa área, no Conselho Municipal de Segurança, devia ter chamado à atenção, como chamaram à atenção para a saúde e para os vários que tivemos que nomear. Aprovaram aqui o Conselho Municipal de Emergência, foi o que deu essa reunião mas a Assembleia Municipal foi esquecida para não dizer ignorada. Era isto que eu gostava de deixar à atenção da Senhora Presidente.” -----

4.55. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte:-----

----- “Uma questão que eu queria colocar à Câmara e que tem a ver com um ato civicamente criticável, eticamente reprovável e criminalmente punível. Na passada terça-feira, duas ambulâncias dos Bombeiros Voluntários de Oeiras foram incendiadas no parque de estacionamento da Misericórdia, onde estavam estacionadas à noite, portanto, aquele parque por detrás da Misericórdia. Já não foi a primeira vez que houve atos de vandalismo que afetaram veículos daquela Cooperação. Mas, desta vez, esse ato conduziu pura e simplesmente à

destruição de uma das viaturas, uma destruição completa e em relação à outra está em risco, estão a ver a possibilidade de a recuperar. Provavelmente, não será possível. É evidente que isto é um ato que repudio, é uma questão de polícia e direi que é mais do que ser chato. De facto, estes atos ocorrem na via pública mas também ocorrem numa zona do Centro Histórico de Oeiras. Um parque que deveria ter o mínimo de iluminação, pelo menos, e gostaria de perguntar à Câmara se tem alguma previsão para aquele parque, em termos de aumentar a segurança. Aquilo é um equipamento que podia ser utilizado noutras condições, nós reparamos que durante a noite todas aquelas ruas circundantes são carros em cima de passeios, de passadeiras de peões, etc., e aquele parque está completamente às moscas. Isto porque, de facto, as pessoas têm receio de deixar lá as suas viaturas. Portanto, a questão que coloco à Câmara, nesta matéria é se tem previsto alguma intervenção que, de alguma forma, possa mitigar, porque evidentemente iluminar não é possível (só pondo lá a Polícia Municipal durante vinte e quatro horas ou pelo menos doze horas), mas se tem, de facto, algo em mente para mitigar o risco que é deixar ali, de facto, a viatura.”-----

4.56. O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Estou aqui para falar de um programa extremamente interessante para a educação e juventude no nosso Concelho que se chama “Queimar as Pestanas”. Este é um projeto que nós podemos dizer que durante esta altura, época de exames para estudante universitários e não só, e nesta altura deparamos com algumas dificuldades dos nossos colegas, uma vez estudante sempre estudante, em terem espaço para estudar que vai para além daquilo que é o horário laboral. Podemos dizer que o horário laboral aqui das bibliotecas, dentro do nosso Concelho, vai até às dezanove horas mas temos a situação onde existe a necessidade dos nossos colegas estudantes, que vão trabalhar, para continuarem a estudar até mais tarde. Este projeto ou este programa vem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em parte satisfazer essa necessidade, que é a necessidade em algumas bibliotecas aqui do Concelho, também só temos três bibliotecas (Algés, Carnaxide e Oeiras) para ficarem abertas até mais tarde, até às vinte e quatro horas, estamos a falar até à noite. -----

----- Em primeiro lugar era saudar todo o esforço que o Executivo está, neste momento, a fazer, de criar a manutenção e abertura do espaço durante este tempo, mas como nós pretendemos mais e entendemos que pode ser feito mais, podíamos fazer aquilo que acontece, porque a necessidade dos estudantes neste momento em época de exame, como todos aqui têm conhecimento, é mais um espaço público aberto para produzir, para estudar. O estudante neste momento, não precisa de livros porque já os traz de casa. O estudante, neste momento, já não precisa de computador porque já o traz de casa. O estudante precisa de um espaço livre, para não dizer vinte e quatro horas, que acontece na sala de estudo da Universidade Católica, acontece na sala de estudo da Faculdade de Direito Lisboa e hoje em dia também podemos dizer que a Universidade de Lisboa e estamos falar da Faculdade de Ciências com um protocolo do MacDonald's de Campo Grande, onde o piso de cima está aberto vinte e quatro sobre vinte e quatro horas. Eu não estou a dizer vinte e quatro sobre vinte e quatro horas em todos os espaços da biblioteca pública aqui no nosso Concelho, mas acho que em tempo de exame poderia haver a necessidade, havendo com alguma flexibilidade e também tendo em conta os serviços que nós temos e acho que aí também não há muito que fazer, porque se estamos a falar de um espaço livre onde precisamos de um vigilante, é o que acontece nas outras localidades que já mencionei. Acho que em termos de recursos não vão ser precisos muitos: um vigilante e depois espaço aberto, onde qualquer estudante/jovem pode aceder ao espaço para estudar, produzir, trabalhar

com os colegas, debater com os colegas sobre a matéria que vai estudando. Era essa a informação que eu gostaria de trazer mas claramente demonstrar que no geral há uma satisfação daquilo que é o trabalho já demonstrado pelos serviços técnicos da Câmara, principalmente das bibliotecas mas pode-se fazer mais.” -----

4.57. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) observou o seguinte: -----

-----“O Bloco de Esquerda enviou um requerimento ao Presidente da Câmara, no passado dia dezasseis de março, sobre a degradação das instalações do Mercado de Algés que são geridas pela Câmara. Falamos da zona de venda de hortaliças, peixe, carne, etc.. Não nos referimos à zona de restauração. -----

-----Já passou o prazo exigido pela lei para o envio da resposta e esta ainda não chegou apesar das diligências da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----Parece que a Câmara de Oeiras se tornou um território fora-da-lei. -----

-----Quando chove na rua, também chove sobre os produtos alimentares e, também, em cima dos concessionários, dos clientes e dos frigoríficos. -----

-----O quadro elétrico não aguentou, durante muitos meses, o funcionamento de todos os novos frigoríficos que a Câmara obrigou os concessionários a comprar. Os disjuntores estiveram constantemente a disparar durante longos meses, provocando prejuízos de dezenas de milhares de euros. --- -----

-----Quando há espetáculos na zona de restauração é franqueado aos clientes o acesso à zona das bancas. São frequentes os roubos e, quando os concessionários chegam de manhã, o lixo abunda, além de pratos, copos e talheres sujos espalhados por todo o lado.-----

-----O Bloco de Esquerda pretende que o Presidente da Câmara responda às seguintes questões:--- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Quando é que a Câmara de Oeiras responde ao requerimento? -----

----- Quando é que a Câmara repara o telhado? -----

----- Quando é que a Câmara impede o acesso à zona das bancas no período em que os concessionários estão ausentes do mercado? -----

----- Quando é que os concessionários são compensados pelos prejuízos causados pela má gestão da Câmara? -----

----- Caso a resposta ao requerimento não chegue até ao final desta reunião será elaborada, brevemente, a queixa que apresentaremos ao Ministério Público.” -----

4.58. O Senhor Deputado António Fazenda Coimbra (CDU) disse o seguinte: -----

----- “Gostava de levantar duas questões: -----

----- A primeira: para referir, que a Câmara Municipal acaba de anunciar, mais urbanizações em Carnaxide, na Quinta das Acácias e no Alto da Montanha. Não vamos analisar agora, a bondade ou os malefícios das mesmas. -----

----- Gostaria de chamar a atenção é para o facto de Carnaxide continuar a crescer urbanisticamente e continuar a ser servida pelas velhas estradas municipais (Estrada da Outurela, Avenida de Tomás Ribeiro, Estrada da Amadora, etc.). E é aqui que bate o ponto, crescimento urbanístico sem a correspondente solução de mobilidade. Gostávamos de saber é que a Câmara, pensa deste assunto. -----

----- A segunda questão: gostávamos que a Câmara nos pudesse informar ou fazer o ponto de situação, sobre o que se passa atualmente, no Bairro Clemente Vicente na Cruz Quebrada.” ---

4.59. A Senhora Deputada Joana Silva (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Os eleitos da CDU realizaram, num destes sábados, uma visita à Freguesia de Queijas, que tinha entre outros objetivos, abordar os problemas que se fazem sentir, quotidianamente, pelos munícipes.-----

-----Verificámos, em termos gerais, que há uma questão logo à partida que é: a colocação na Rua Gil Vicente, no Largo junto à Cooperativa de Habitação Cheuni, de um ecoponto colocado ao lado de uma passadeira, que não permite ao peão ter visibilidade, nem a quem circula de automóvel, nem ao peão, portanto, encontramos aqui, uma barreira arquitetónica para a circulação. -----

-----Depois outro ecoponto, outra circunstância em que, um aglomerado de ecopontos constitui uma barreira à circulação automóvel, referimo-nos àquela rua à frente ao Pingo Doce de Queijas, ou seja, só existe um espelho à entrada dessa rua e não um espelho à saída. Pudemos observar que, muitas vezes, há acidentes ali no local, porque quem sai, daquela rua, não tem visibilidade. Portanto, temos dois ecopontos colocados, um a constituir uma barreira à circulação de peões e o outro, a constituir uma barreira à circulação automóvel.-----

-----Na mesma visita, pudemos verificar, que não existe limpeza dos espaços verdes ou corte de vegetação entre as habitações. Em terrenos, eventualmente, privados, mas que caberia à Câmara, ou limpar e enviar a fatura ou proceder a uma carta que obrigasse as pessoas a fazer a limpeza, até por questões de risco de incêndio. -----

-----Os mesmos espaços verdes, também se encontram por limpar junto à Escola de Queijas (Noronha Feio) ou junto à EB Um Cesário Verde, portanto, aqui, são espaços municipais, que não é preciso fazer officio para mandar limpar, basta fazer a manutenção adequada.-- -----

-----Continuamos ao nível da mobilidade, estamos na estrada Militar de Queijas, onde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para além dos problemas existentes, nas entradas na própria estrada a circulação de automóvel, sem visibilidade, há o perigo de quem circula naquela estrada, onde nas bermas, nas passeadeiras... Portanto, as bermas não só não estão limpas como também não há possibilidade de circulação a pé. Para a além de que, uma ciclovia ali, ainda é uma miragem. -----

----- A população de Queijas aguarda, ainda, a ligação pedonal e em segurança ao Estádio Nacional, bem como a população de Linda-a-Pastora, uma entrada segura, sem ser por um túnel sem visibilidade e estreito. Aguardam, também, a ligação pedonal prometida a Laveiras, permitindo a ligação entre as duas Freguesias e quem quiser ir de Caxias, Laveiras a Queijas o possa fazer em segurança e a pé.-----

----- Ainda continuando na estrada, preocupa-nos também as descargas de entulho, visíveis da autoestrada no Alto dos Agudinhos, não é cartão turístico ali junto à Cidade do Futebol e não me parece que seja uma prática dos tempos modernos.-----

----- Por fim, ainda em Queijas, existem nove moinhos, nenhum deles, à partida, é propriedade do município e pudesse ser requalificado e utilizado para fins pedológicos.-----

----- Haverá outros problemas, nós centrámo-nos agora, na questão da mobilidade, que é uma questão, também, muito importante.-----

----- Muito obrigada.”-----

4.60. A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) perguntou o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, a minha questão tem a ver com a tomada de posse das comissões. Por isso, hoje, tomaram posse todos os elementos que compõem as várias comissões (os efetivos e os suplentes), e, portanto, daqui para à frente é suposto que, cada comissão dê

inícios aos seus trabalhos, defina o seu plano de ação e comece a trabalhar de forma autónoma.--

-----No entanto, para isso, será necessário saber quem são os Presidentes, serem definidos os Presidentes de cada comissão, que ainda não foram nem definidos nem empossados e sem isso, não pode haver ninguém que convoque as comissões, para dar ao início aos trabalhos. -----

-----Portanto eu sugeria que fosse a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a convocar uma primeira reunião de todas comissões, precisamente, com esse ponto único de ordem de trabalhos, que seria a escolha dos respetivos presidentes. -----

-----Muito obrigada.” -----

4.61. A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, eu tenciono à medida que for convocando, a primeira reunião de cada comissão. Nessa primeira reunião, ser acordado o presidente da mesma. -----

-----Todas ao mesmo tempo, não vejo, quero dizer, provavelmente não é necessário, neste momento, reunir todas as comissões. -----

-----À medida que for sendo necessário a reunião de cada comissão, nessa primeira reunião, será escolhido o seu Presidente.” -----

4.62. A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) observou o seguinte: -----

-----“Desculpe Senhora Presidente, cada comissão tem a sua área de intervenção definida, e, portanto, tem as suas prioridades. -----

-----À medida daquilo que aconteceu anteriormente, as comissões reuniam de forma autónoma, portanto, elaboravam o seu plano de trabalho, e de acordo com as suas especificidades, iam desenvolvendo o seu trabalho. Não estavam depois à espera que, fosse sempre a Senhora Presidente da A.M., a convocá-las. -----

-----Por isso é que sugeria que fosse feito para não cairmos, aqui e agora, num vazio de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tempo outra vez, sem que as comissões pudessem avançar. -----

----- Obrigada.” -----

4.63. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, começando pelo Deputado do CDS, Senhor Deputado Nuno Gusmão, dizer-lhe que, a transmissão das sessões da Assembleia Municipal está prevista. Está prevista no nosso programa eleitoral, havia algum equipamento adquirido, neste momento, o Município não tem, nem capacidade de largura de banda aqui, creio eu.-----

----- Dizer que julgo não haver, ainda, a capacidade de largura de banda, para fazer a transmissão. Há equipamento adquirido, aliás, foi adquirido para A VIVA OEIRAS no final do mandato anterior. Creio, que fez chegar a todos os grupos políticos, e depois, de se organizar alguma parte do Gabinete de Comunicação, deverá feito logo possível. Dizer-lhe que será feito logo possível, não é, porque neste momento, nem se quer há recursos humanos suficientes para transmitir.- -----

----- Sobre a questão de dedicar oito páginas do Boletim, ou quatro seria esse o espaço de Boletim Municipal, atividade dos partidos. Como queria fazer? Reportagens específicas...” -----

----- **Alguém, interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O** continuou a sua intervenção: -----

----- “...Senhor Deputado, atividade política dos Grupos Políticos ou dos Partidos Políticos no Boletim Municipal? Não creio que seja possível. Atividade Política não, se um partido político fizer ou propuser um debate temático, como aquele que se falou aqui há bocado,

naturalmente, deverá estar no Boletim Municipal, porque é uma Atividade Municipal, agora uma Atividade de um Partido, de um órgão oficial, não é possível. -----

-----Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques, deixe-me dizer-lhe uma coisa, o PS tem que decidir, porque os deputados do PS já disseram que, efetivamente, havia melhorias do ambiente. Agora o Senhor Deputado vem dizer que, está tudo pior, está tudo mau, está tudo horrível, não é possível. Não está nem oito nem oitenta. Na altura dissemos, que se tinha melhorado o possível. Que só era possível melhorar mais, a partir de um determinado ponto, após a reorganização dos serviços de recolha de limpeza urbana do município, temos todos de ter a consciência disso. Que a forma como os serviços estavam organizados e os meios como estavam organizados, eu disse-o aqui nesta Câmara, que não era possível passar determinado ponto, porque não havia recurso para tal e que nós estávamos numa fase de grande complexidade interna. Disse, na altura, creio que os Senhores Deputados alguns estarão recordados, o que pretendemos, no primeiro momento, foi evitar o caos. E o caos foi evitado. -----

-----Modestamente, creio eu, que a Senhora Vereadora terá feito um trabalho muito útil, muito importante naquela altura, para evitar o tal caos de que falei e isso conseguiu-se fazer. Daí para frente, só com a reorganização, que já foi apresentada, primeiro passo. Só com esta reorganização será possível melhorar muito mais.-----

-----Já nos disseram uma coisa, agora o Senhor Deputado diz outra, creio que não está assim tão mau (e eu ando pelas ruas de Oeiras), também não está assim tão dramático. É claro que há focos (Senhores Deputados não abanem a cabeça) nós reconhecemos, há focos que não estão em condições. Nós dissemo-lo, na altura, que não iam estar em condições. Só um louco acha que em seis meses, se consegue reorganizar, com os recursos que temos à nossa disposição, fazer e organizar a limpeza urbana no Concelho e a Política de Ambiente do Concelho. De um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

momento para o outro, não é possível. Portanto, humildemente reconhecemos que, conseguimos levar até certo ponto, agora só com o plano estratégico que estamos a desenvolver. -----

----- Depois, Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), a sua questão, eu passei naquele becozinho de acesso, ali junto ao José Chapas, há cerca três, quatro semanas com o Senhor Presidente à noite e falámos, disso da necessidade de aumentar a iluminação. E vamos aumentar a iluminação ali no local, porque, creio eu, o que está ali em causa, será uma questão de sensação de segurança, porque a zona não é insegura, que eu saiba, a Vila de Oeiras não é insegura, Oeiras continua a ter dos melhores indicadores de segurança da AML, aquela zona não é insegura mas o facto de aquilo estar escuro e com as árvores (eu conheço perfeitamente o acesso), naturalmente, pode criar alguma sensação de insegurança e leva a que muitas vezes, as pessoas, não utilizem o parque da Misericórdia. -----

----- Dizer também, para aquele espaço, como foi anunciado durante a campanha eleitoral, está prevista a criação de uma praça, ali, com a transferência, daquela loja do Minipreço, para novas instalações, abrindo, num fundo, temos duas praças trabalhar em conjunto, a praça do Largo da Igreja e do mercado, com uma nova praça, ali, onde é o atual parque da Misericórdia, com a construção do parque subterrâneo. Portanto, o projeto, que existe, é esse. -----

----- No entanto, recordar que, creio que dia vinte e quatro de abril. Foi no dia vinte e quatro de abril? Se não, foi perto do vinte e cinco de abril, foi feito um debate público. Uma sessão pública com a população, em que foram exatamente discutidos os caminhos que a Câmara estava a propor para a Vila de Oeiras. Portanto, está sujeito a debate público e aberto à população, na certeza que todos os contributos serão válidos, para melhorar as propostas, que nós

apresentámos ao eleitorado. -----

-----Quanto ao que aconteceu nas ambulâncias. É miserável.-----

-----Creio eu, que só um miserável incendeia ambulâncias. Esperemos que, nem ele, nem ninguém, o seu próximo ou seu querido, tenha algum problema e que precise daquela ambulância que ardeu. -----

-----Senhor Deputado Miguel Pinto (BE), sobre a questão dos requerimentos, a sua resposta está ser impressa, neste momento e ser-lhe-á entregue logo que possível...”-----

4.64. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Eu ainda não falei.” -----

4.65. O Senhor Vice-Presidente respondeu dizendo o seguinte: -----

-----“Mais cedo falasse, mais cedo se imprimia Senhor Deputado.” -----

-----**O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----**

-----**O Senhor Vice-Presidente** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Bastou... Porque eu gosto de si. Mantém-nos atentos. -----

-----O Senhor Deputado António Coimbra (CDU), quanto à questão do desenvolvimento das sensibilidades, nas urbanizações aprovadas, para a zona norte de Carnaxide. Dizer-lhe, como sabe, há estradas que têm que ser terminadas, como é Via Longitudinal Norte, são essencial para o movimento da circulação do trânsito de Carnaxide, e, também, não há mais urbanizações aprovadas, são aquelas. Estão estudadas as estradas e, neste mandato, vamos iniciar a construção da VLN em Carnaxide, isso podemos já dizer. -----

-----Quanto ao Bairro Clemente Vicente, eu respondi aqui há umas semanas, que o primeiro inquérito, que tinha sido realizado no ano passado, que não estava em condições, está a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ser feito um novo levantamento e em breve prazo (espero que muito breve prazo), possamos começar a falar com os moradores, essencialmente com quem tem casas arrendadas, porque há muita gente no Bairro Clemente Vicente que tem mais do que um apartamento e não são essas pessoas que devem ser objeto de preocupação. Preocupação financeira do Município, preocupação está toda a gente (deixo isto bem ressalvado), preocupados estamos com todos. Mas há pessoas que precisem de apoio financeiro para realizar as obras e são as pessoas que precisam de apoio financeiro para realizar as obras, que devem ser a nossa principal preocupação. Sendo aquele Bairro, um Bairro Privado, cabendo aos proprietários a realização das obras, há quem não tenha posses para fazer as obras, e para essas, o Senhor Presidente da C.M.O. já disse, (e eu também já disse nesta Câmara) que o Município está disposto a comparticipar das obras, até um determinado montante. Creio que, a breve prazo, podemos começar falar com os moradores que necessitem de apoio. -----

----- A Senhora Deputada Joana Silva (CDU), colocou-nos aqui uma série de questões, a respeito da visita que realizaram em Queijas. Eu conto, aqui, oito ou nove questões. Eu tomei nota de todas, como é óbvio, não posso responder sobre a colocação de ecopontos naquelas localidades ou na colocação das passadeiras. Vou fazer chegar aos serviços, para me informarem do que se passa. Mas dizer-lhe que, durante a campanha eleitoral e já recentemente, falamos do alargamento das ciclovias, no Concelho. Portanto, aquilo que referiu: que a ciclovia é uma miragem, não é. Estão a ser estudadas. -----

----- Lamentavelmente encontrámos a Câmara desprovida de estudos. Portanto, não podemos lançar, procedimentos sem estarem estudados. -----

-----Os estudos estão a ser feitos. O estudo, do alargamento da ciclovia, aliás, do imenso alargamento da rede de ciclovias no Concelho de Oeiras, está a ser feito e creio que a muito breve prazo, também pode, ser apresentado.-----

-----Senhora Presidente, a outra questão que foi apresentada pela Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF). Julgo que é, essencialmente, procedimental de Vossa Excelência. -----

-----Muito obrigado.” -----

4.66. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP), eu gostava muito de lhe dar a palavra, mas o senhor já ultrapassou o seu tempo em quatro minutos.” -----

4.67. O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) respondeu e disse o seguinte: -----

-----“Muito rapidamente, até porque ou eu não me fiz entender ou aconteceu aqui algo diferente. -- -----

-----Senhor Vice-Presidente, eu quando falei, relativamente, ao Oeiras Atual, este Boletim, eu não falei em haver uma menção, relativamente, a Partidos Políticos, nem a quatro, nem a oito páginas. Eu não me referi, relativamente, a numerologia, às páginas destinadas. -----

-----E o que se pretende, e se reparar, nós podemos detalhar, muito rapidamente, o que é a intervenção, nestas páginas do Oeiras Atual e dos artigos que contém e que fazem menção ao executivo (e bem, digo eu). Tem que ver, com o trabalho desempenhado nesta Assembleia Municipal, não é o trabalho que, nós faremos no CDS, seja lá onde for ou outro partido qualquer seja lá onde for. Tem que ver, necessariamente, com o trabalho, desenvolvido nesta Assembleia Municipal.-As propostas, eu dei inclusive um exemplo, da moção que acabou de ser rejeitada pelo PS, nesta Assembleia Municipal.-----

-----Parece-me que era de todo, um ótimo instrumento para valorizar, inclusive, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

trabalho desenvolvido pelas diversas forças política, nesta Assembleia Municipal. Não nas outras questões. -- -----

----- Muito obrigado.”-----

4.68. A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) quer usar da palavra?”-----

4.69. O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) respondeu e disse o seguinte: -----

----- “Sim! Quero, porque o Senhor Vice-Presidente, não me respondeu à intervenção que eu fiz. -----

----- Quanto à história dos resíduos sólidos, eu acho que o Senhor Vice-Presidente faz parte daquelas visitas da Presidência aberta, portanto, ou deve ir com óculos muito escuros e não vê porque, se la for, se fizer parte, está la tudo e não venham dizer que está bem. E nunca o Partido Socialista, aqui apoiou, a dizer que estava bem. -----

----- Houve um membro da Assembleia, que nem veio à Assembleia, que disse que na zona dele, estava bem. Mas depois já chegou à conclusão, que não estava tão bem como ele pensava.-----

----- Mas aquilo que eu queria, e que não me responderam, foi a situação do Conselho Municipal de Segurança.”-----

4.70. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

----- “Ah! Eu digo-lhe. -----

----- Peço desculpa. Eu é que deveria ter esclarecido.-----

----- Não houve Conselho Municipal de Segurança. -----

-----Houve uma reunião da Proteção Civil.”-----

4.71. O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) referiu o seguinte: -----

-----“É a mesma coisa que o Conselho Municipal, não há Proteção Civil há o Conselho Municipal. -----

-----Tiveram novidades?” -----

4.72. A Senhora Presidente da A.M. respondeu e disse o seguinte: -----

-----“O que me foi anunciado é que havia uma reunião da Proteção Civil e não creio que, a Assembleia Municipal esteja representada. Não do Conselho Municipal de Segurança.”-----

-----**INTERVALO** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-----

5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

5.1. Apreciação e votação da Proposta C.M.O. N.º 218/18 – GP – relativa à inclusão da Rua Sacadura Cabral em Carnaxide na Zona de Estacionamento de Duração Limitada de Carnaxide – Resultados de Consulta Pública – Parques Tejo- Parqueamentos de Oeiras, E.M., S.A. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

5.2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 219/18 – GP – relativamente à Inclusão das Ruas Alfredo Lopes Vilaverde, José Pedro da Silva, Adriano José da Silva e troço da Rua Instituto Conde de Agrolongo, na Zona de Estacionamento de Duração Limitada de Paço de Arcos – Resultados da Consulta Pública – Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, E.M., S.A. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado António Fazenda Coimbra (CDU) disse o seguinte:-----

----- “Antes propriamente de falar, sobre o ponto em questão, queria só dizer, que tive dificuldades. -----

----- Já agora, gostava de saber, até para a minha orientação pessoal, como é que não me vai passar despercebido que, algum assunto da Câmara está em Consulta Pública, de facto, quanto se diz aqui, (dói-me a alma) que ninguém se interessou e eu interessar-me-ia vivamente por esta situação. -----

----- Depois, também só em termos de apontamento dizer que, no documento diz se aqui, no assunto, em cima, diz: “inclusão na Rua Sacadura Cabral”. Depois, na introdução do texto diz: “anexação da Rua Sacadura Cabral”, acho que não é uma linguagem muito correta, anexação faz-me lembrar o “Manelinho” da Banda Desenhada, só pensa em números. -----

----- Mas depois de dizer, ainda, que quer nesta situação, quer no outro ponto a seguir, é todo com taxa vermelha, penso eu, que é a taxa máxima, que foi utilizada. Mas sobre isto, gostava de dizer o seguinte: se as pessoas insistem em ter carro, sabendo da tão grande dificuldade em estacionar, só há uma explicação: O Serviço Público de transportes, que lhes é oferecido, não está à altura da sua necessidade. -----

----- A Câmara Municipal tem consciência da escassez do espaço, e por isso, criou uma empresa, a Parques Tejo, destinada a procurar resolver o problema.-----

----- Ultimamente argumenta-se que são os próprios moradores a pedir o estacionamento tarifado, é evidente que as pessoas, sem terem a visão global do problema, tentam resolver, apenas, o seu próprio problema. Sabemos que por cada zona tarifada, o problema até pode se

resolver mas, desloca-se, imediatamente, para outro sítio. -----

-----Sabemos que não há espaço suficiente para todos. O estacionamento em altura ou no subsolo, poderia ajudar, a minorar o problema. O que sabemos é que a Parques Tejo, por hora, dirige o seu trabalho, para a privatização do que é público, o tal espaço público, que é de todos e a seguir, procede a sua a taxaço. -----

-----No caso na Rua Sacadura Cabral, em Carnaxide, é uma rua altamente atravessada, dispõe de um restaurante e de uma churrasqueira, que são muito procurados. Claro que os moradores têm dificuldade, em estacionar e querem “enxotar” aqueles que procuram o comércio.

-----Podem conseguir resolver o seu problema mas, a procura dos lugares não tarifados vai intensificar-se e o próximo alvo vai ser o Núcleo Histórico de Carnaxide, uma vez que a rua se situa, ao lado do Núcleo Histórico de Carnaxide. E portanto, as pessoas que saiam dali, vão procurar esses lugares disponíveis, sem serem tarifados, no Núcleo Histórico. -----

-----Acontece que o próprio Núcleo Histórico, também não dispõe de estacionamento para os que lá vivem e então, quando estes desaparecerem, agora no Núcleo Histórico, haverá um excesso. -----

-----E então, qual é a solução? Vai-se tarifar o Núcleo Histórico de Carnaxide. Mas a solução acaba por não se resolver. E então, aqueles que sobrarem, do Núcleo Histórico de Carnaxide, vão procurar outro sítio, em Carnaxide, que não esteja tarifado. E só há outro sítio não tarifado, é junto ao Bairro Luta Pela Casa.-----

-----E quando, houver uma grande procura na Luta Pela Casa, esse local tem que ser tarifado. E então, vai-se procurar outro sítio que não esteja tarifado. -----

-----Eu até gostaria, por exemplo, fazer uma peça teatral e pôr os atores a serem chutados, à procura de espaço, e depois eram chutados para outro lado, e depois, ali, eram chutados para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

outro lado e ia-se sempre tarifando, tarifando até chegar ao infinito. -----

----- Quero dizer com isto, que a história do tarifar, não resolve o problema. Isso, nós estamos todos conscientes. E se achamos que é assim, porquê que insistimos em tarifar? -----

----- A não ser, que se queira fazer uma... estou a exorbitar, eu sei que estou a exorbitar, mas de qualquer maneira, tudo vai acabar numa fonte de receita no espaço público, para uma empresa municipal e o problema das pessoas não é resolvido. Esse é que é o problema. Ainda se tarifasse e a receita servisse para resolver o problema, estaria bem. -----

----- Carnaxide está numa situação caótica. Eu já levantei o problema, das novas construções, que lá vão ocorrer e não há vias estruturantes. Pensa-se, na Via Longitudinal Norte, mas a Via Longitudinal Norte, ela já existe e vem de Algés até à Polícia de Carnaxide. Chega ali, há a grande confusão, junto aquela rotunda, entre os carros que vêm para Lisboa, os carros que vão para Queluz, os que vão para Queijas e aquilo é grande confusão. Carnaxide tem que desatar este nó e nós temos que discutir o problema das acessibilidades do nosso Concelho. Carnaxide está a ficar para trás, nesse sentido. -----

----- As empresas, queixam-se de que perdem imenso tempo a chegarem, os seus trabalhadores, a Carnaxide e portanto, sobre pena de Carnaxide ficar para trás, temos que arranjar soluções, temos que promover essa discussão. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Salvador Costeira (IOMAF)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nós temos aqui duas propostas que têm que ser votadas separadamente, como é óbvio. Mas que têm semelhanças, tanta do ponto um coma do ponto dois, e eu vou intervir em

relação a elas e reportando, apenas as propostas, sem quaisquer outras condições ou considerações a respeito do estacionamento geral destas zonas.-----

-----Um das propostas, diz respeito ao alargamento da zona de estacionamento de duração limitada, em Paço de Arcos. Mais concretamente, na Rua Alfredo Lopes Vilaverde, Rua José Pedro da Silva, Rua Adriano José da Silva e troço, da Rua Instituto Conde de Agrolongo.---

-----A outra diz respeito, a Carnaxide e é apenas na inclusão da Rua Sacadura Cabral. É bom que se diga, que tanto em relação a uma proposta como à outra, foram seguidos os preceitos legais e foi publicitado o edital que o código de procedimento administrativo, no seu artigo, centésimo primeiro, estabelece que seja necessário.-----

-----Segundo as declarações, que se juntam a estas propostas, não houve qualquer reclamação ou sugestão. -----

-----E é com base, exatamente, nesses preceitos e nestas respostas, que nós vamos votar a favor.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** disse o seguinte:-----

-----“Relativamente a esta primeira proposta da Ordem de Trabalhos, que tem a ver com a instalação de parcometros, na Rua Sacadura Cabral em Carnaxide. O Bloco de Esquerda, mantém a opinião já expressa por diversas vezes. -----

-----As ruas com parcometros, não fazem nascer lugares vagos para estacionamento. -----

-----A falta de planeamento urbanístico, o desordenamento do território e a construção excessiva são os responsáveis pela ausência de lugares para parquear. -----

-----Aliás, quando este assunto foi apresentado, a votos, na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, no dia trinta de junho de dois mil e dezasseis,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

votámos contra a instalação de parómetros nesta Rua.-----

----- O que faz confusão ao Bloco de Esquerda é o facto de nessa reunião, ter havido seis votos contra, ou seja, o do Bloco de Esquerda e mais cinco e na reunião da Câmara, todos os Vereadores terem votado a favor. Certamente, para algumas forças Políticas, muda o sentido de voto, quando mudam as coordenadas. -----

----- Gostaria, também, de aproveitar esta ocasião para falar da VLN.-----

----- A VLN já chega, como foi dito pelo Senhor Deputado António Fazenda Coimbra (CDU), à rotunda do cemitério de Carnaxide. E depois, haverá um viaduto dali para Queijas, que depois, vai cair lá numa urbanização (que é por acaso, onde eu moro) e depois continua a VLN, junto ao Jamor e sai outro viaduto para Queijas, que já lá está, a entrada no viaduto feita, há uma data de anos, que é ali onde está a estátua da Pastora. Está a entrada para o viaduto, estão lá as entradas para o viaduto. -----

----- Deve-se dizer que quando a VLN chegar ali e for feito aquele acesso, vai dar cabo do trânsito em Queijas, que é um problema, que não é muito grave agora. Mas vai ter esse problema em Queijas.-----

----- E, portanto, é uma questão que a Câmara, pelos vistos, como nessas histórias da mobilidade, normalmente não planeia, não há plano de mobilidade, faz à peça, e depois, é como se disse ainda agora, relativamente ao estacionamento, uma pessoa a rua dele é tarifada, vão parar noutra rua. Aqui, acontece o mesmo. O funil está num sítio, fazem um viaduto, fazem mais uma estrada e o funil vai aparecer noutra sítio.-----

----- É exatamente o mesmo que se passa com o estacionamento. -----

-----E portanto, o Bloco de Esquerda irá votar contar.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** observou o seguinte:-----

-----“Em primeiro lugar e relativamente a estas duas propostas, parece-me que todos nós devíamos fazer uma reflexão sobre o que está previsto e que, aparentemente, foi cumprido pela Lei, nomeadamente, a questão da afixação do edital. Mas aquilo que, efetivamente, é relevante para o debate nesta Assembleia Municipal.-----

-----Eu já não vou falar, na questão, da necessidade de nós olharmos para o Concelho de Oeiras num todo, do ponto de vista da mobilidade. Mas dizer que me parece, que as questões da inclusão ou não inclusão numa área, nas zonas de estacionamento, devia ser visto numa perspetiva mais global de toda a Freguesia.-----

-----Fiquei agora saber, pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, que esta matéria teria sido em dois mil e dezasseis, discutida na Assembleia de Freguesia.”-----

----- O **Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** interrompeu e acrescentou o seguinte: -----

-----“Votado!”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Ou votada na Assembleia de Freguesia. -----

-----A verdade, é que nos documentos que nos foram presentes e que instroem esta proposta, isso não consta, e em rigor esta é uma matéria que atravessa todos os movimentos, todos os Partidos, com pessoas a favor e pessoas contra.-----

-----Quem conheça, de facto, a Rua Sacadura Cabral em Carnaxide, estranha que ela possa aparecer, aqui, com uma proposta de zona vermelha. Porque, é verdade que tem, de facto, um restaurante e tem uma churrasqueira. É verdade que sim. Bem, mas há outros locais da Freguesia de Carnaxide ou do Núcleo de Carnaxide, que hoje, pelo facto de, todas as ruas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

adjacentes estarem com estacionamento tarifado e ela não é, o facto de terem, e eu refiro, por exemplo, a Rua Aquilino Ribeiro que tem um supermercado, tem o CCD, tem mais um restaurante, tem mais a padaria, etc. e, de facto, cria um problema...”-----

----- **Alguém, interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) continuou dizendo o seguinte:-----

----- “E tem a Escola Viera da Silva, tem o problema, de facto, de estacionamento que os seus residentes, não podem aí estacionar, porque as pessoas que têm dois, três carros nas ruas adjacentes para não pagarem o dístico, vão ali estacionar. -----

----- Parece-me que era preciso, antes de alargar para novas zonas e não sei, com que critério definir se são zonas verde, se são zonas amarelas, se são zonas vermelhas, valia a pena ver, cada um dos núcleos habitacionais como um todo, e perceber onde, de facto, tem sentido haver estacionamento com dístico e onde, não tem sentido haver estacionamento com dístico. ----

----- Eu como morador em Carnaxide, por exemplo, tenho dúvidas que na Sacadura Cabral tenha sentido, acho que tem muito mais sentido haver noutras. Por exemplo, no Aquilino Ribeiro. --- -----

----- Mas quer dizer, isto é uma avaliação subjetiva, agora parece-me é que, nem a Parques Tejo, nem a Câmara podem viver desta subjetividade e era preciso olhar, com rigor, para isto e perceber: Onde é que deveria de haver? Onde é que não deveria de haver? -----

----- E portanto, esse trabalho, era um trabalho que aconselhava que nós não aprovássemos nenhuma proposta desta natureza, sem antes de haver, para cada local onde se

pretende alargar as zonas tarifadas, haver esse estudo cuidadoso para, em articulação com Juntas de Freguesia, definir, de facto, qual era o modelo das zonas de estacionamento tarifadas e depois sim, implementadas de uma forma generalizada e de forma abrangente. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente e Senhores Deputados, esta questão foi objeto de toda a tramitação legal necessária, foi aprovada. Aliás, foi aprovada na Câmara Municipal com os votos favoráveis do Vereador do Partido Socialista, por exemplo, e até da CDU. Como tal, eu não sei percebo, como é que as propostas, uma proposta relativamente simples, de gestão do tráfego para proteger quem vive nos locais. Como é que esta proposta, relativamente simples, chega à Assembleia Municipal, e as mesmas Forças Políticas que a votam num sentido, aqui, ou as criticam ou até pedem que não seja votado e que seja discutido mais tarde.-----

-----Senhores Deputados, a Câmara tem, neste momento, em desenvolvimento um estudo de mobilidade global para o Concelho, a realizar pelo Instituto Superior Técnico, mas até lá, temos que gerir o espaço público. -----

-----Os parquímetros ou parcómetros (o estacionamento pago) serve, para gerir o espaço público e defende, sobretudo, quem precisa de estacionar perto da sua casa. É só isso que se trata e é isso que está ser feito. -----

-----Como tal, Senhora Presidente eu não tenho muito mais para dizer sobre este assunto, a não ser, do que nós estamos a fazer, é defender quem precisa dos lugares de estacionamento, para ter estacionamento perto da sua residência. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** observou o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhor Vice-Presidente da Câmara, não contesto nada do que o Vice-Presidente disse. A questão que se coloca é, o senhor diz-me: “não percebo como é que os movimentos que votaram de uma maneira, agora estão a por em causa”. Primeiro, queria só transmitir que, não tinha conhecimento que esta matéria, aliás, tive o cuidado de o dizer, não tinha conhecimento que, esta matéria, tinha sido discutido na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, em dois mil e dezasseis.-----

----- Mas também, lhe posso dizer, também, que não tenho conhecimento e falei com alguns moradores da rua, de que foi afixado no edital, precisamente, para que os moradores se pronunciassem sobre esta matéria. Porque me parece que esta matéria é suficientemente importante, e estranho que moradores preocupados com este assunto, não tenham, sequer, reagido ao pedido. Pode ser falha deles, mas, também, é uma reflexão que deixo, a forma como estas consultas e estes editais são afixados porque, de facto, perguntei a moradores da rua, ninguém sabia e o Senhor Deputado António Coimbra (CDU), que é uma pessoa que anda sempre informada, de todas as coisas de Carnaxide, ainda agora acabou de dizer, que também não sabia. - -----

----- Troço da Rua Instituto Conde da Agrolongo, em Paço de Arcos, também informaram, que não tinham conhecimento que tinha havido consulta pública. E que eu saiba, a Assembleia de Freguesia não sei se foi consultado ou não, porque não faço parte da Assembleia de Freguesia. A questão é que, me parece que isto é, suficientemente importante e não havendo o estudo, que o Vice-Presidente já várias vezes disse, que estava em elaboração, eu parece-me que nós devíamos ter algum cuidado nisto. Porque, como lhe digo, por exemplo, na Sacadura Cabral,

eu tenho dúvidas que tenha sentido, por exemplo, de ser zona vermelha. Mas quais são os critérios?-----

-----Para uma pessoa, aqui, poder votar, tem sentido perceber quais são os critérios. O que é que a Parques Tejo considera que é zona que deve ser tarifada a verde, a amarela e a vermelha? - -----

-----E essa matéria não consta, não está aqui, a proposta não identifica, nomeadamente, as posições que, eventualmente, possam ter sido tomadas pelas Assembleias de Freguesia na consulta que foram feitas, e portanto, não se trata aqui de, eu por exemplo devo-lhe dizer, sou um adepto das zonas tarifadas. Claramente adepto. Bom seria, que a minha rua tivesse estacionamento tarifado, para não estarem os vizinhos de outras ruas, tarifadas, a ocupar lugares que eu poderia ocupar, quando chego a tarde a casa. Mas a verdade é que isto tem que ser visto, do ponto de vista na comunidade e de um ponto de vista global e parece-me (e foi isso que eu disse), que há aqui muito voluntarismo, muito pouco pensamento estratégico, do que é cada uma das localidades, e portanto, isto é um bocadinho discricionário: olha, aqui fixa o vermelho, ali fixa o amarelo, ali fixa o verde. E eu gostaria, que nós, ao votarmos este tipo de matérias, tivéssemos, consciência plena, do que estamos a votar, até para poder justificar, perante os cidadãos, que nos contactam, no sentido de poder dizer: porque que é vermelho, porque que é verde, porque que é amarelo e porque é que é a Rua Sacadura Cabral e não é outra qualquer. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Deputado Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas) disse o seguinte:---

-----“Se me permitem a sinceridade, quero dizer que, eu até ao momento, não tenho a noção, a real noção, de qual a tendência da população em relação a este tema (dos parquímetros tarifados). - -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Não sei se a maioria está a favor ou se está contra. Mas por um lado existem várias reclamações, mas por outro, também existem vários pedidos, para parquímetros tarifados. -----

----- Eu acredito, na missão da Parques Tejo. E segundo a Parques Tejo, o objetivo da tarifação, na Rua Sacadura Cabral, é melhorar as condições de segurança de circulação rodoviária, de forma a melhorar a qualidade de vida da população.-----

----- Para esta proposta ter chegado até aqui (e por contactos que fiz com a Parques Tejo), houve iniciativa de moradores, a pedir a tarifação paga. Por outro, houve um parecer do anterior executivo da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, a esta proposta. E então, esta proposta chegou à Câmara. -----

----- O atual executivo votou favoravelmente, com os votos do Inovar, do PS, do IOMAF e também da CDU. Houve, também, no seguimento um edital que foi afixado, não havendo qualquer reclamação, por parte da população. -----

----- Por isso penso que, esta proposta, está em condições para ser votada e não há qualquer dúvida em relação a todo o procedimento.” -----

----- O **Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** referiu o seguinte: -----

----- “Na minha intervenção, quando falei da posição da Assembleia de Freguesia, eu disse que o dia, exatamente, foi em dois mil e dezasseis e foi aprovado por unanimidade na então Junta de Freguesia, que não é esta. E teve o parecer, foi a votos na Assembleia de Freguesia, e devo reafirmar, que teve seis votos contra.” -----

5.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por

maioria, com trinta votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), com cinco abstenções do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, Pedro Miguel Ramos Almeida e Paulo Nicholas Bastos Pinto), e com dois votos contra, sendo um do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino) e um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 59/2018** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 218/18 - GP – INCLUSÃO DA RUA SACADURA**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

CABRAL, EM CARNAXIDE NA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE CARNAXIDE – RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA – PARQUES TEJO – PARQUEAMENTOS DE OEIRAS, E.M., S.A.-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e dezoito barra dezoito, a que se refere a deliberação número treze da Reunião da Câmara Municipal, realizada em dezassete de abril de dois mil e dezoito e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com cinco abstenções do Partido Socialista, e com dois votos contra, sendo um do Partido Socialista e um do Bloco de Esquerda, aprovar a proposta de alteração do Regulamento da Zona de Estacionamento de Duração Limitada de Carnaxide, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5.1.1.1. O Senhor Deputado António Coimbra (CDU) fez o seguinte Declaração de Voto: ----

----- “A CDU presta aqui, a sua declaração de voto neste sentido:-----

----- Nós compreendemos que os Deputados e na Câmara, as pessoas são sensíveis quando estão na presença dum documento dos moradores a pedir o tarifário. Porque, as pessoas acreditam que, resolvendo esse problema, resolvem o problema do estacionamento na sua rua. ---

----- Agora, eu penso, e por isso respeitamos quem votou a favor e até que possa aqui

aparecer, uma contradição votando de um lado, votando do outro. -----

-----Para nós, a situação, é clara. Tem que haver, um estudo, sobre a mobilidade no Concelho, têm que ser encontradas soluções e tem que ser discutido, muito profundamente, esse assunto. ---- -----

-----E só depois, isto aqui são problemas e perdoem-me a expressão, são *peanuts*, comparado com a grande questão dos transportes em todo o Concelho. E essa, para nós, é que é a questão.” -- -----

5.1.1.2. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O PS absteve-se nesta Proposta, porque entende que era, de facto, necessário que nos fosse disponibilizada a informação mais consistente para perceber o que é que está em causa, qual é a lógica da fixação do tarifário para determinado local; qual é a perceção estratégica que existe? E porque é que é esta rua e não é outra? E queria, aliás, referir uma coisa que me parece muito positivo, que é o Senhor Presidente da Junta dizer: “eu próprio não sei se as pessoas estão a favor ou estão contra”, porque eu percebo isso é uma coisa transversal, é uma matéria transversal que as pessoas têm perceções e posições distintas sobre este assunto, não é uma coisa pacífica, mas valeria a pena, de facto, que nós trabalhássemos no sentido de termos perfeita noção, quando votamos uma matéria destas se, de facto, estamos a contribuir ou não para a qualidade de vida dos residentes, e eu tenho dúvidas que com a informação que nos disponibilizam nós estaremos em condições de o fazer.”-----

-----A **Senhora Presidente** da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Poderíamos passar ao ponto número dois, parece-me que as intervenções foram feitas, portanto sobre os dois pontos.”-----

5.2.1.VOTAÇÃO -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), com dois votos contra, sendo um do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino) e um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e com cinco abstenções do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, Pedro Miguel Ramos Almeida e Paulo Nicholas Bastos Pinto). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 60/2018** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 219/18 - GP – INCLUSÃO DAS RUAS ALFREDO LOPES VILAVERDE, JOSÉ PEDRO DA SILVA, ADRIANO JOSÉ DA SILVA E TROÇO DA RUA INSTITUTO CONDE DE AGROLONGO, NA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE PAÇO DE ARCOS – RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA – PARQUES TEJO – PARQUEAMENTOS DE OEIRAS, E.M., S.A.** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e dezanove barra dezoito, a que se refere a deliberação número catorze da Reunião da Câmara Municipal, realizada em dezassete de abril de dois mil e dezoito e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com cinco abstenções do Partido Socialista, e com dois votos contra, sendo um do Partido Socialista e um do Bloco de Esquerda, aprovar a proposta de alteração do Regulamento da Zona de Estacionamento de Duração Limitada de Paço de Arcos, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O ponto anterior foi o mesmo, portanto, dois votos contra, cinco abstenções e trinta votos a favor. Pretende fazer uma declaração de voto, sobre este ponto, mas é a mesma coisa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

certamente, sobre o que fez.”-----

----- O Senhor Deputado António Coimbra (CDU) disse o seguinte: -----

----- “É para deixar claro que a nossa justificação para este ponto é igual ao que fizemos ao ponto anterior.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Sim com certeza, muito obrigado.” -----

5.3. Apreciação da Proposta CMO N.º 220/18 – GP – relativa ao Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 4.º Trimestre de 2017, da “Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.” (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Algum dos senhores pretende usar da palavra sobre este tema?” -----

----- O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Município de Oeiras detém a maioria do capital social da empresa Município, pensava o Bloco de Esquerda que a Câmara de Oeiras, utilizava os serviços da empresa para as suas atividades. Do relatório da Município, que estamos a discutir, realço a seguinte frase: “Elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma da Madeira, bem como o início do estudo para a Tipificação de Mecanismos de resposta às Cheias na Lezíria do Tejo.” A Câmara de Oeiras aprovou o Plano de Regularização das Ribeiras do Concelho e, como se sabe a Município não foi contratada para colaborar com a Câmara neste importante Plano.-----

----- Relativamente à criação do eixo verde-azul, que consiste na regularização de uma

dessas ribeiras, o rio Jamor, a Municípa, foi ignorada pela Câmara. Do protocolo estabelecido entre os Municípios: Sintra, Amadora e Oeiras e a Parques da LUA, S.A. relevo as seguintes afirmações: -----

-----Primeira: o eixo ecológico do rio Jamor, estabelecimento dos instrumentos de gestão territorial em vigor e noutros instrumentos de política urbana como áreas de reabilitação urbana;

-----Segunda: o risco de cheias do rio Jamor; -----

-----Terceira: a necessidade de promover circuitos de mobilidade sustentável ao longo da tipologia entre Carregueira e Caxias. -----

-----A última: favorecer a mobilidade entre Queluz e Caxias. Fim das quatro citações. A leitura destas quatro citações permite tirar duas conclusões: -----

-----Primeira: a Municípa, nem foi ouvida sobre o eixo verde-azul, pois, certamente, não permitiria que alguns disparates ficassem escritos no Protocolo;-----

-----Segunda: a Câmara de Oeiras, através do seu representante na altura, assinou o Protocolo de criação do eixo verde-azul, no qual se afirma que o percurso do rio Jamor vai de Queluz a Caxias, não sei se esta afirmação dá vontade de rir ou de chorar. Esperemos que o atual executivo camarário não tencione desviar o trajeto do rio a Jamor.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Pergunto se mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra?-----

-----**A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF)** disse o seguinte: -----

-----“Analisando o relatório da execução orçamental da Municípa, verificamos que o ano dois mil e dezassete registou o segundo maior volume de negócios do historial da empresa, este resultado deve-se sobretudo ao projeto de cadastro de Cabo Verde, a nível internacional, mas também a nível nacional ao Plano de Gestão de Riscos e Inundações da Madeira e ao estudo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mecanismos de resposta às cheias na lezíria do Tejo, como já aqui foi falado.-----

----- Salientamos também que a Município investiu na renovação do seu equipamento e dos recursos humanos, sobretudo com formação adequada.-----

----- Por último, em termos de resultados líquidos, embora tendo ficado muito aquém do previsto a empresa considera que alcançou o seu equilíbrio financeiro.-----

----- Consideramos que a Município teve um percurso de alguma evolução nos últimos anos, mas que tem potencial para ir mais além, para abraçar novos projetos quer nacionais, quer internacionais na sua área de intervenção e de forma inovadora e, sobretudo, com relevância para este nosso território.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Dizer apenas em resposta ao Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) que trouxe aqui uma questão muito pertinente sobre a não utilização dos recursos da Município por parte do Município de Oeiras dizer que após a tomada de posse este executivo pediu o prolongamento do contrato programa, que existia entre o Município e a Município, “peço desculpa”, estou a tentar adaptar-me bem à cacofonia das duas palavras, tentámos prolongar a possibilidade de execução do contrato de programa, exatamente para executar as verbas previstas, que não foram utilizadas no mandato anterior. Já tive a oportunidade de dizer nesta Câmara, aliás, creio que fui eu que convidei inicialmente os Senhores Deputados a conhecerem a Município, porque a Município é o exemplo do que pode ser uma empresa de capitais públicos em termos de capacidade tecnológica, de conhecimento e de capacidade de trabalho. A Município está prestes a assinar, deverá assinar nas próximas semanas um contrato de um concurso ganho em Moçambique, para

a realização de cartografia, portanto, é uma empresa capaz de ganhar concursos internacionalmente e é uma empresa pública que deve ser valorizada e protegida. Devo dizer ao Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) e a toda a Câmara que o Executivo Municipal, defende e muito o trabalho realizado pela Município, respeitamos muito o trabalho daqueles técnicos e o que queremos é fazê-la crescer e como disse a Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF), a Município é uma empresa com capacidade para fazer muito mais e este Executivo vai procurar fazer muito mais nos próximos anos com a Município.”-----

-----**APRECIADA**-----

5.4. Apreciação da Proposta CMO N.º 221/18 – GP – relativa ao Relatório e Contas do Exercício de 2017, da ARVP – Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)--------

5.5. Apreciação da Proposta CMO N.º 222/18 – GP – relativa ao Plano de Atividades e Orçamento para 2018, da ARVP – Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)--------

5.6. Apreciação da Proposta CMO N.º 223/18 – GP – relativa ao Relatório de Gestão 2017, da AMPV – Associação dos Municípios Portugueses do Vinho (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

-----**O Senhor Deputado Domingos Santos (IOMAF) disse o seguinte:-----**

-----“Relativamente ao relatório das atividades de dois mil e dezassete e a Proposta de Atividades e Orçamento para dois mil e dezoito da Associação Rota dos Vinhos de Portugal, ela não é para votação, é apenas, para apreciação, e julgo que é pacífico e querendo o Executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal, com toda a legitimidade continuar, a colaborar, nós não nos opomos, apoiamos até também. Mas, não queria perder a oportunidade de deixar aqui um contributo. Hoje abordam-se as questões, nomeadamente do insucesso escolar pela positiva promoção de sucesso escolar. No plano estratégico de comunicação do Relatório das Atividades de dois mil e dezassete da Associação Rotas dos Vinhos, dá-se conta aqui de um desafio que a Associação fez às escolas para educarem contra os exageros e os perigos do alcoolismo e a Associação desenvolveu um Kit, para distribuir às escolas para prevenir os excessos e o consumo exagerado de álcool, é bom, com certeza, todos nós sabemos os malefícios do alcoolismo. No entanto, queria partilhar aqui uma conversa que ouvi e ainda anda há muitos anos que ouvi, mas ainda me anda de vez em quando aqui, enfim, na ideia, a um médico que, infelizmente, já morreu e que me dizia que nós nas escolas temos muitos tabus e muitos preconceitos e que devíamos fazer uma coisa que era absolutamente, essencial, sobretudo, no nosso País, que era educar para um consumo responsável, porque é saudável do bom vinho que nós temos nas nossas terras em Portugal, e, dizia esse médico que o vinho deve ter uma presença na mesa, como tem a água, como tem o pão, como tem a sopa, e, dizia ele é certo que nem todos podem beber vinho, como é certo que nem todos podem comer pão, há quem seja alérgico ao glúten, que nem todos podem comer determinadas sopas, mas dizia ele que o vinho, sendo um alimento deveria fazer parte todos os dias da mesa e devíamos de habituar os jovens, a partir dos dezasseis, dezassete, dezoito anos a desfrutar deste bom alimento, não substituindo a água pelo vinho, mas colocando copos de água, copos de vinho, para que em todas as refeições se pudesse beber um quarto de copo, meio copo, um copo no máximo. Fiquei com isto, enfim, a trabalhar aqui na minha cabeça, talvez

podéssemos apoiar o que a Associação faz, mas agora pela positiva, em vez de ser o enfoque nos malefícios do álcool, na educação para o consumo consciente, responsável e saudável do bom vinho que temos.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra? Portanto, foi feita a apreciação destes três pontos com a intervenção do Senhor Deputado Domingos Santos (IOMAF).” -----

-----**APRECIADAS**-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Passávamos então ao ponto número sete, este sim é Apreciação e Votação.” -----

5.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 245/18 – GCAJ – relativa à Celebração de Contrato – Programa e Atribuição de Subsídio à Exploração dos Equipamentos Desportivos sob Gestão da Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----

-----O **Senhor Deputado Daniel Branco (CDU)** disse o seguinte: -----

-----“Esta questão é aquele protocolo tradicional que se faz com Oeiras Viva, para compensar pelos custos mais elevados que a empresa tem em relação às atividades que são praticadas, creio que todos nós estamos de acordo, temos votado sempre a favor e, não é só isso que ia referir. -----

-----Julgo, contudo, que era importante referir o seguinte: foi mudado há pouco tempo o Conselho de Administração da Oeiras Viva, por razões que, de certeza, qualquer um de vocês conhece melhor do que eu, as decisões foram de não manter o Presidente anterior, o Doutor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Rafael Salgueiro. Creio que era importante de qualquer modo dizer, em termos pessoais, mais do que na CDU, mas em termos pessoais, pelo que privei com ele, enquanto estive na Câmara Municipal e, também em termos de CDU, pelos bons resultados que foram conseguidos naquela empresa que esteve deficitária uma série de tempo, conseguiu recuperar esse défice e conseguiu resolver inclusive um problema complicado que tinha as forças que eram um empréstimo que nestes últimos anos conseguiu ser, de facto, resolvido. Creio que a administração, digamos o contributo do Conselho de Administração anterior deu para valorização da Oeiras Viva e para que haja, também, uma visão mais positiva daquilo que se pode fazer na área destes equipamentos foi extremamente positivo e, gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que votando a favor desta proposta, deixamos também esta referência de reconhecimento e valorização do trabalho que foi feito pelo anterior Conselho de Administração.” -----

----- O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) prestou o seguinte esclarecimento: -----

----- “O Bloco de Esquerda, também irá votar a favor, mas quero aqui levantar uma questão que algumas pessoas numa reunião do Conselho Municipal de Juventude colocaram, que é o facto de algumas associações serem obrigadas a utilizar pavilhões em Cascais, porque os da Oeiras Viva cobram um preço mais elevado, portanto, gostaria que a Câmara explicasse isso.” ---

----- O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) disse o seguinte: -----

----- “Relativamente a este ponto, começaríamos, também, por sublinhar como um aspeto positivo dos últimos anos da gestão da Oeiras Viva, este esforço de reequilíbrio orçamental com resultados que foram, aliás, sendo apresentados nos relatórios sucessivos que fomos apreciando. Ainda assim quando discutimos estes contratos-programa, nós temos tido sempre uma posição

crítica no sentido que a Câmara podia e devia interpretar de uma forma mais exigente aquilo que é o próprio enquadramento jurídico que é dado a estas empresas municipais, as chamadas empresas locais de gestão de serviços de interesse geral, que se consideram empresas que, e citando a lei no artigo quarenta e cinco, “assegurando a universalidade, a continuidade dos serviços prestados, a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, a coesão económica e social, local e a proteção dos utentes”. -----

-----Nós olhamos para estes contratos e para o conteúdo do seu clausulado e ficamos com a ideia de que os pressupostos dos valores estão muito assentes em critérios contabilísticos, é verdade correspondendo numa forma minimalista aquilo que é exigido depois no artigo quarenta e sete também da lei, mas nada impediria o Município de fazer refletir neste clausulado, no fundo é um contrato, outro tipo de exigências relativamente à atividade desta empresa, ainda que daí decorresse um valor, o montante em causa fosse o montante superior, e vou dar dois exemplos concretos em que julgamos que Oeiras viva isto na lógica construtiva de apreciação deste contrato programa, com certeza que nós não nos vamos opor-nos como não o fizemos na Câmara e para o futuro, de matérias que têm sido levantadas em anos anteriores e em que a Câmara continua a não fazer constar neste contrato. -----

-----Em primeiro lugar, a importância de Oeiras poder retomar um programa que já existiu há muitos anos atrás e que necessita, necessariamente, desta contratualização com a Oeiras Viva, permitir aos alunos do primeiro ciclo de poderem frequentar as piscinas municipais de uma forma gratuita. Ficaríamos bastante satisfeitos que também neste contrato-programa o Município fizesse constar esse objetivo, como um objetivo concreto ao qual a empresa deveria corresponder. -----

-----Depois, outra questão e outra dimensão importante desta dimensão social da empresa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras Viva que, aliás, já foi citado noutra intervenção, que tem a ver com a própria relação que a Oeiras Viva tem na gestão dos equipamentos desportivos com as coletividades desportivas do Concelho, em que por diversas vezes se ouve nas reuniões que mantemos com os dirigentes que, de facto, a relação não é uma relação muitas vezes fácil e que o quadro que é apresentado de acesso a estes equipamentos não discrimina positivamente como deveria o seu acesso a entidades desportivas que envolvem centenas de crianças e jovens do nosso Concelho para a prática desportiva e quero dar um exemplo concreto e, fica, também, esta nota para a Câmara poder ponderar naquilo que são as suas diretrizes para a empresa Oeiras Viva, o exemplo do Parque Desportivo Carlos Queiroz, que nós sabemos que foi primeiro por via de uma concessão atribuído à Escola de Futebol Carlos Queiroz, e aproveitava para questionar a Câmara a este propósito se, porventura, já há dados sobre aquilo que era um problema relativamente a dívida existente com essa empresa nesse período de concessão se já está sanado ou não e, depois, um contrato de concessão feito com a Dragon Force com o Futebol Clube do Porto para a utilização desse espaço, e, sabemos nós e o PS em anos anteriores puxou por isso para que nunca deixasse nesses contratos de concessão que nós compreendemos a racionalidade económica e financeira, muitas vezes que está por trás dessa opção, mas que a Câmara nunca abdicasse de ter uma componente social, um acesso, sobretudo, das crianças e dos jovens que vivem naquele contexto específico, que, aliás, justificou o financiamento comunitário daquele equipamento desportivo, nunca deixasse de estar acautelado. Sabemos que esse contrato com a Dragon Force, vai cessar e aquilo que nós gostaríamos de saber a esse propósito, da parte da Câmara, é se a Câmara está disponível no quadro que estabelecer, as orientações que der à empresa relativamente à

utilização desse espaço, de dar sempre prioridade àquilo que são às coletividades desportivas do Concelho, que têm provas dadas, de puder ter acesso a esses equipamentos e não colocar à frente das entidades locais do Concelho que, no fundo, como já disse em reuniões anteriores reforçam a identidade, a identidade do Município, e vou-me escusar aqui a elencar os inúmeros bons exemplos que temos no Concelho de coletividades desportivas que promovem a identidade desportiva e o desporto e a prática desportiva dos nossos jovens, se a Câmara está disponível, para em circunstâncias obviamente economicamente, enfim, razoáveis e equilibradas, permitir que coletividades do Concelho tenham uma primazia e uma preferência relativamente a outras entidades desportivas, privadas, que também queiram aceder, legitimamente, à utilização desses espaços desportivos.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Dizer que, de facto, não tenho conhecimento que os pavilhões vizinhos sejam mais baratos, mas tomei devida nota para questionar, para saber sobre essa utilização e, dizer, também, aos Senhores Deputados que, naturalmente, o Executivo Municipal está disponível para estudar as melhores soluções para os equipamentos municipais, mesmo os equipamentos que estão sobre gestão de Oeiras Viva, são equipamentos municipais, são equipamentos do Município que estão em primeiro lugar colocados à disposição das populações, eu creio que o Município e os executivos, e mesmo os executivos que possam não ser de cor política idêntica à minha ou próxima da minha tenho que acreditar que todos os Municípios, quando fazem estes contratos ou todas as administrações das empresas, quando fazem estes contratos, fazem-nas, certamente, na prossecução do melhor interesse público e servindo melhor a comunidade. Todavia, se a melhor solução é uma que não a de uma coletividade, não há porque não optar pela melhor solução. A solução que melhor serve a comunidade creio que é isso que todos nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

procuramos fazer nas nossas vidas públicas, que é servir o melhor possível, creio que é isso que tem-se procurado fazer e é isso que vamos procurar fazer também nos próximos tempos.”-----

5.7.1.VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), seis do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, Pedro Miguel Ramos Almeida e Paulo Nicholas Bastos Pinto), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do

Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

-----A Senhora Deputada Maria Madalena Pereira da Silva Castro do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 61/2018** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 245/18 – GCAJ – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS SOB GESTÃO DA OEIRAS VIVA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e quarenta e cinco barra dezoito, a que se refere a deliberação número quarenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezassete de abril de dois mil e dezoito e deliberou por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a celebração de contrato-programa com a Oeiras Viva e a atribuição de um subsídio à exploração dos equipamentos desportivos sob sua gestão, no valor de trezentos mil euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

5.8. Apreciação e Votação da Isenção do Pagamento de Taxas Municipais constante da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Proposta CMO N.º 251/18 – DPHCT – “Apoio Logístico e Isenção do Pagamento de Taxas Municipais, no âmbito da 4.ª Edição do Matis Festival 2018” (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

5.9. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 275/18 – DASSJ – relativa à Isenção do Pagamento de Taxas Municipais – Oeiras kids Festival (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

----- A Senhora Deputada Joana Silva (CDU) referiu o seguinte:-----

----- “Vou pronunciar-me sobre a Proposta número oito e a Proposta número nove, uma vez que são muito similares. Portanto, a CDU como noutras ocasiões, é contra a isenção de taxas na generalidade, no entanto, estamos aqui perante duas Propostas que beneficiam a população, nomeadamente e o seu acesso gratuito tanto nós vamos votar estas duas Propostas favoravelmente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra sobre isto? -----

----- Não havendo mais inscrições, passaria à votação, da Proposta número oito.” -----

5.8.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira

Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), seis do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, Pedro Miguel Ramos Almeida e Paulo Nicholas Bastos Pinto), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

-----A Senhora Deputada Maria Madalena Pereira da Silva Castro do Grupo Político Isaltino-Inovar Oeiras de Volta, não estava presente na altura da votação. -----

-----**“DELIBERAÇÃO N.º 62/2018** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 251/18 – DPHCT – APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DA 4ª. EDIÇÃO DO MATIS FESTIVAL 2018**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e cinquenta e um barra dezoito, a que se refere a deliberação número quarenta e seis da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Reunião da Câmara Municipal realizada em dezassete de abril de dois mil e dezoito e deliberou por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a isenção do pagamento de taxas municipais, no montante estimado de dois mil cento e setenta euros e dezassete cêntimos, no âmbito da “Quarta Edição do Matis Festival dois mil e dezoito”, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5.9.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), seis do Partido Socialista (António

Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, Pedro Miguel Ramos Almeida e Paulo Nicholas Bastos Pinto), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

-----A Senhora Deputada Maria Madalena Pereira da Silva Castro do Grupo Político Isaltino-Inovar Oeiras de Volta, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 63/2018** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 275/18 – DASSJ – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS, PELA DBX – DIGITAL AGENCY, NO ÂMBITO DO “OEIRAS KIDS FESTIVAL”, A REALIZAR NO PARQUE DOS POETAS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e setenta e cinco barra dezoito, a que se refere a deliberação número vinte e seis da Reunião da Câmara Municipal realizada em dois de maio de dois mil e dezoito e deliberou por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a isenção do pagamento de taxas municipais, no montante estimado de seis mil quatrocentos e sessenta e dois euros e setenta e nove cêntimos, no âmbito do evento “Oeiras Kids Festival”, destinado a comemorar o Dia da Criança, organizado em parceria com a DBX – Digital Agency, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5.10. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 285/18 – GCAJ – relativa à Aquisição do prédio urbano sito na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.ºs 9, 11 e 13 da União das Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, propriedade de Álvaro Ezequiel Gomes Passos (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

----- O Senhor Deputado Salvador Costeira (IOMAF) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Esta proposta enche-me de felicidade. Eu, quando se trata de certas zonas de Oeiras analiso sempre as situações com um certo romantismo e esta não foge à regra. -----

----- Este prédio que, no fundo, era conhecido e é ainda hoje conhecido pela “Vivenda Nunes”, está situado na Rua Mouzinho de Albuquerque e viveram aí muitos amigos meus. Eu morava perto, quando tinha doze/treze anos, e, curiosamente, já que falamos de Oeiras, a nascente era a moradia do General Kaúlza de Arriaga, um elemento do exército português ligado ao Estado Novo. -----

----- Depois sinto-me muito feliz porque tenho a certeza absoluta que os técnicos da

Câmara vão melhorar este edifício sem lhe tirar qualquer personalidade que ele hoje ainda tem do ponto de vista arquitetónico, o que vai valorizar extraordinariamente a zona.-----

-----Dizer que os proprietários (aliás vê-se na própria certidão que se junta) a filha e o filho do Mestre Nunes, que foi Mestre da zona da Fundação e Construção Mecânicas de Oeiras e um dos filhos, o Jorge Cardoso Nunes, foi engenheiro no gabinete técnico da Fundação de Oeiras e trabalhei nesse gabinete técnico desde mil novecentos e cinquenta e um a mil novecentos e cinquenta e cinco. Portanto, vejam como é romântico para mim falar desta situação, que me deixa particularmente feliz.-----

-----Já agora dizer que ainda assim, sem destruir a questão arquitetónica do próprio edifício também na década de sessenta fiz um projeto de alterações (que deve estar registado na Câmara) para esse edifício. Portanto, Senhora Presidente, nós vamos votar a favor mas eu vou votar esta proposta eivado de um grande romantismo.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado, por aquilo que nos comunica, daquilo que diz que é o seu romantismo mas que, no fundo, é uma ligação à terra”. -----

-----**O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** tomou a palavra para dizer o seguinte: -----

-----“Evidente que esta Proposta merece a nossa concordância. É positivo para a Universidade Sénior que o seu espaço se alargue e, portanto, haja condições para a dotar de melhores condições. -----

-----Queremos, no entanto, alertar para uma matéria, que já colocámos, aqui, anteriormente. Continuamos a encontrar algumas falhas nos processos e queríamos aqui identificar, apesar de já termos alertado para situações em que as informações ou documentação, que nos é distribuída não está completa ou tem falhas. No caso concreto, a Informação Interna



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

CMO dois mil e dezoito/ dois mil setecentos e três, na sua segunda e última página, do Senhor Arquitecto Eduardo Costa Gomes, começa no ponto três, dizendo o seguinte: -----

----- “Ampliação sem comprometer e interromper a Programação Cultural e Social da USO” - isto é o título e, depois, diz assim: -----

----- “Com a aquisição deste imóvel e com a sua adaptação às valências necessárias, vírgula, a” e, depois, não diz mais nada! -----

----- E, depois, entra-se no outro parágrafo a dizer: “Os três aspetos referidos em cima: estão reunidos no edifício, no qual se pondera o exercício do direito de preferência”. Aqui há qualquer coisa que falha. -----

----- Segunda questão: o requerimento apresentado pelo proprietário, Senhor Álvaro Ezequiel Gomes Passos, informando a Câmara se quer exercer ou não o requerimento em que pede a emissão de Certidão do Eventual Exercício do Direito de Preferência Municipal na aquisição do referido imóvel é datada de vinte e um de novembro de dois mil e dezassete. -----

----- Um dos documentos que lhe está anexo é uma Certidão Permanente disponibilizada em vinte e oito de dezembro de dois mil e dezasseis e válida até vinte e oito de junho de dois mil e dezassete. Isto é, o Senhor faz um requerimento à Câmara a pedir que faça uma declaração de interesses relativamente ao exercício, ou não, do direito de preferência, mas a Certidão do Registo Predial que entrega, já tinha caducado nessa data. Os serviços têm de ter atenção a isso, porque isto pode ser... espero que estamos todos, acho eu, em boa-fé, mas a verdade é que pode acontecer uma situação que seja irregular, e, portanto, valeria a pena que a Câmara tivesse isto em conta até porque para a escritura, acho que é óbvio, estas documentações têm que estar todas

em prazo e válidas.”-----

-----O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) referiu o seguinte: -----

-----“Esta possibilidade de aquisição do edifício, que é fronteiro à Universidade Sénior já era uma possibilidade que estava equacionada há uns anos. Numa das visitas que fiz à Universidade a então Presidente, que já não é a atual, falou-me encarecidamente nisto. Isto porque eles têm um conjunto grande de alunos e têm tido crescimento e as instalações atuais já eram pequenas. Portanto, nesse aspeto, acho que é, particularmente, importante que o edifício seja adquirido e que rapidamente seja organizado para poder funcionar a Universidade Sénior. Portanto, estamos de acordo e votamos favoravelmente.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Naturalmente, como não poderia deixar de ser, vemos com agrado a solução encontrada pela Câmara para alargar e assim também, de alguma forma, dignificar uma instituição que é importante aqui no Concelho que é a Universidade Sénior. E, conseqüentemente, tudo aquilo que respeita a esse alargamento e ao seu benefício só podemos ficar, de facto, satisfeitos com a decisão.”-----

-----Eu estive a analisar a documentação, enfim não tenho a preocupação que o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu, na medida em que, obviamente, embora a certidão permanente identifique a sua validade até vinte e oito de junho de dois mil e dezassete, certo é que, diremos, a certidão para o exercício de direito de preferência ou a comunicação, de facto, não põe em causa, não coloca em crise aquilo que é a solução definitiva que é, efetivamente, saber em determinado momento, não necessariamente aquele, se existe ou não a titularidade do prédio por parte do proponente, ou seja, neste caso, do potencial vendedor. Portanto, julgo que a decisão da Câmara, naturalmente, terá sido não só do conhecimento da realidade local, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fundamentalmente porque certidões permanentes e a sua validade muitas vezes apenas dependem de uma coisa, é pagar a renovação e elas são renovadas automaticamente. Portanto, não é isso que coloca em causa aquilo que é o essencial, ou seja, que no momento do contrato, aí sim, terá que estar definitivamente garantida a propriedade do imóvel e toda a demais documentação necessária à concretização do negócio. -----

----- O PSD irá votar, naturalmente, favoravelmente esta Proposta porque ela é justa, adequada e, vai permitir a reabilitação daquela zona e do prédio com destino assegurado.”-----

----- O **Senhor Deputado Salvador Costeira (IOMAF)** referiu o seguinte:-----

----- “Omiti uma situação mas já agora gostaria de relembrar. O nosso colega Luís Santos que faz parte da nossa bancada, embora suplente, é professor na Universidade.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Penso que o Professor Luís Santos é professor na Universidade Sénior Nova Antena e não na Universidade Sénior de Oeiras. Posso pôr à votação? Com muito agrado.”-----

5.10.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação a esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira

Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Diana Leonor Alves Gonçalves), seis do Partido Socialista (António Alberto Viçoso Avelino, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, Pedro Miguel Ramos Almeida e Paulo Nicholas Bastos Pinto), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Maria Joana Marques Gomes da Silva e António Fazenda Coimbra), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

-----A Senhora Deputada Maria Madalena Pereira da Silva Castro do Grupo Político - Isaltino Inovar Oeiras de Volta, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 64/2018** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 285/18 – GCAJ – AQUISIÇÃO DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE, Nº S 9, 11 E 13, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OEIRAS, S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS, PROPRIEDADE DE ÁLVARO EZEQUIEL GOMES PASSOS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e oitenta e cinco barra dezoito, a que se refere a deliberação número trinta e seis da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Reunião da Câmara Municipal realizada em dois de maio de dois mil e dezoito e deliberou por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a aquisição do prédio urbano sito na Rua Mouzinho de Albuquerque, números nove, onze e treze, em Oeiras, descrito na Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número dois mil duzentos e dezasseis, da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo sete mil e setenta e três, da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a Álvaro Ezequiel Gomes Passos, pelo preço de oitocentos e cinquenta mil euros, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “A Proposta foi aprovada por unanimidade e acho que podemos dar os parabéns tanto à Câmara como à Universidade Sénior que, certamente, irá fazer muito bom uso deste edifício, em vez de estar ali abandonado, irá ser ocupado e vivido. -----

----- Terminámos a nossa Ordem de Trabalhos e eu iria perguntar aos presentes do público se algum dos senhores pretende usar da palavra.”-----

6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

6.1. A Senhora Isabel Pinto, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

-----“No domingo, não ontem mas no anterior, fui com uma amiga passear a Cascais e tal como no ano passado, realmente, Cascais está uma Vila lindíssima, uma pessoa entra em Cascais e parece que entra noutro mundo. Os passeios, as rotundas muito bonitas. Anda-se pela Vila de Cascais e não se vê um papel no chão mas sobretudo não se vê uma grafite, não se vê as assinaturas nas paredes, em parte nenhuma, nem na Estação de Cascais. -----

-----Nós vínhamos embora, entretanto entrámos em Oeiras, por aquela rua que passa pela Estação de Santo Amaro (não sei o nome dela) e essa minha amiga, que morava no Restelo e mudou-se agora para Algés, portanto, pertence agora ao Concelho de Oeiras, diz-me: “Isabel parece que de repente entrámos noutro país”. -----

-----Passámos em frente à Estação de Santo Amaro, toda grafitada, se bem que aquilo não são grafites, porque o grafite é uma coisa bonita não é aquilo, acho que se chama “tags”. Dirigíam-mos aqui à biblioteca e no lado esquerdo, muitos edifícios cheios de pinturas nas paredes e depois por aqui fora sempre pinturas nas paredes. Oeiras está repleta desta ... que eu considero isto uma coisa pior do que uma doença. -----

-----Realmente, é verdade, que quando se sai de Cascais, entra-se em Oeiras e entra-se noutro país que não é Portugal. Acho que com umas ações pedagógicas, isto será trabalho feito por jovens, penso eu, não sei, já não digo nada. Por exemplo, na Estação de Santo Amaro que é uma estação que utilizo bastante, tanto na parte de fora como na parte de dentro aquilo parece o fim do mundo. Depois uma pessoa passa por Paço de Arcos é a mesma tragédia, passa por Caxias é a mesma tragédia, passa por Cruz Quebrada e então é uma coisa indescritível, parece que está tudo a cair, parece que houve uma guerra. É uma coisa absolutamente horrorosa e está a piorar de dia para dia. -----

-----Vejo, por exemplo, no prédio em frente onde moro, os inclinados/moradores que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

gastaram dezenas de milhares de euros a pintar o prédio e uma semana depois já estava todo grafitado - ao pé daquele parque que era para basquete mas que agora está encerrado, felizmente.

Acho que não pode ser assim. -----

----- Outra coisa que, acho, Oeiras tem é muito capim - e há pouco estavam a falar em ratos e na minha praceta já vi ratos mortos pisados pelos carros e ali ficam. Os buracos onde estão as árvores estão cheias de capim e aquilo é péssimo para mosquitos, para chamar a bicharada e já não basta as árvores, aqueles ulmeiros que deitam aquele “algodão” que não se pode abrir a janela que entra pela casa a dentro, para além de provocar alergias. Mas esse acumular de capim, que é uma coisa péssima para a saúde, para quem sofre de alergias e quem sofre de asma e inclusivamente no prédio onde moro há pessoas que sofrem de asma e nesta altura é terrível. Sei que agora não se pode pôr aqueles produtos mas há, não é aquela gravilha, aquelas raspas de madeira para evitar que essas ervas cresçam - não é bonito. E, realmente Oeiras está assim, está a ficar, muito, muito degradado. -----

----- Eu não nasci em Oeiras mas já vivo cá há quarenta e quatro anos e, portanto, considero-a minha terra mas não acho Oeiras bonita. Acho que Oeiras está a ficar muito, muito degradada, para não falar na questão do estacionamento. -----

----- Na praceta onde moro oitenta por cento dos carros estacionados não são dos moradores, são de outras pracetas e, inclusivamente, agora há três carros que vêm da rua do Continente Bom Dia, que era o antigo Modelo Bonjour que já vêm estacionar ali. Pessoas que moram em frente à Praça de Táxis, na Rua Cesário Verde, e que têm estacionamento à porta delas, estou na minha varanda e vejo. Saem de casa e vão estacionar na minha praceta, mesmo

que tenham estacionamento nessa Rua Cesário Verde e vem estacionar ali e não está certo. Eu sou uma pessoa que gostaria de vir aqui às reuniões da Junta de Freguesia mas não posso, porque depois não vou a pé sozinha às onze da noite, gostaria de poder trazer o meu carro e ter lugar para estacionar. Agora, não posso nem vir aqui nem ir a lado nenhum, vou a casa do meu filho tenho me vir embora porque depois não tenho onde estacionar. Não sei se essa situação das pessoas passarem a pagar vai resolver o problema, porque essas pessoas que moram nessa rua do Continente ou na Cesário Verde, como abrange uma área grande continuam a ir ali. Portanto, o problema vai-se pôr na mesma. As pessoas vão deixar de ter lugar para estacionar e, por exemplo, há pessoas que têm três carros e vão pô-los todos ali na praceta e depois vão mudando de lugar (o que está em primeiro lugar muda para o segundo, depois do segundo passa para o terceiro), são pessoas que nada têm para fazer e é assim. Oitenta por cento da minha praceta, onde moro está ocupada por carros de pessoas que não moram ali. Durante o dia esse problema não se põe, põe-se a partir das oito, nove da noite. -----

-----Há países onde, por exemplo, se pode estacionar durante o dia mas à noite aquela praceta é só para residentes. Portanto, das nove da noite às nove da manhã aquela praceta é exclusivamente para residentes. Quem não for residente teria que pagar uma importância como se fosse um estacionamento privado. Realmente, pessoas que não são dali vêm pôr sistematicamente o carro e ficam ali semanas e semanas, só mudam de sítio.-----

-----Não me parecer que isso seja muito bom mas principalmente, a mim, o que me está a desgostar muito, é a situação dos grafites. Por exemplo, há uma passagem inferior da praceta de onde eu moro para a Avenida do Ultramar, estava lindíssima porque há alguns anos mandaram pintar aquela passagem inferior e estava muito bonita pois agora já está cheio de assinaturas por cima da pintura. Ora a Câmara pagou dinheiro a alguém para pintar aquela passagem e está toda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estragada. - -----

----- Ontem fui a Caxias, ao Jardim da Cascata Real e fui tomar um café ao Restaurante “Vera Cruz” e está ali próximo e a quantidade de garrafas vazias no chão, esmagadas pelos carros, caixas de cartão, papel, tudo ali, à solta nesse bocadinho, isto em Caxias, não é em Oeiras - Vila, pergunto como é que é possível. Fui a Cascais e era um domingo, não há recolha de lixo, não se via um papel no chão e chamei a atenção para a pessoa com quem eu fui, para a minha amiga, não se via nada, não se via um papel no chão. Não acredito que a população de Caxias seja mais civilizada que Oeiras, não acredito, Portanto, talvez trabalho pedagógico, acho que valeria a pena pensar-se nisso.” -----

6.2. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigada pela sua intervenção e eu dar-lhe ia só alguns esclarecimentos, que, no fundo, não são esclarecimentos.-----

----- Cascais, eu ficaria muito descansada e satisfeita se, na realidade, a Senhora me dissesse que em todo o Concelho de Cascais não havia grafites, não havia papéis no chão e eu pensava: “bem será que toda essa gente que não têm princípios e que atiram papéis para o chão vieram para o Concelho de Oeiras?”. Mas Cascais não é só a rotunda, nem a Baía de Cascais. Minha Senhora, sugiro-lhe que vá aqui a Carcavelos, por exemplo, mas com o mal dos outros não resolvemos os nossos. Mas se for, por exemplo, aqui a Carcavelos vê ... ah! É porque está pegado a Oeiras? Quer dizer que Oeiras tem uma peçonha que se pega aos concelhos vizinhos. Então vamos a outra que fica mais para trás, vamos a Talaíde, vamos à Amoreira, até ao Monte do Estoril. Não sabe, infelizmente, o tipo de pessoas que deitam papéis para o chão, que

escrevem nas paredes, que grafitam, não existem só em Oeiras. Se existissem só em Oeiras eu ficaria muito satisfeita mas não, infelizmente, existem em todo o lado. É pena, é como diz, poderia ser feito e tem que ser feito, realmente, um ensinamento, uma tentativa de civismo das pessoas mas é difícil, é complicado. Agora pode crer, e eu bem gostaria, mas Lisboa está grafitado, Cascais também o está, Sintra a mesma coisa, infelizmente é uma fauna que se espalhou. -- -----

-----Sobre o estacionamento, devo dizer-lhe que este problema é que quando foram construídos estes bairros, como a Quinta da Figueirinha, como as Palmeiras, poucos carros haviam e estes prédios foram construídos, a maior parte deles, sem garagem e sem estacionamento e hoje numa casa existem três carros. E, nós não podemos proibir as pessoas de estacionar. Como sugere, se fossemos fazer estacionamento pago, sobre isto estivemos hoje aqui a falar e nem todos estão de acordo que haja parques pagos. Mas nós temos em conta a sua intervenção mas só lhe peço que veja bem, que o problema não é Oeiras, é um problema de civismo e as pessoas hoje em dia, nós vimos em todo o lado, e é pena, a atirar papéis para o chão, a atirar garrafas para o chão e se for a Lisboa, na zona de Alcântara é o que a Senhora mais encontra...” -----

6.3. A Senhora Isabel Pinto, munícipe de Oeiras, interrompeu dizendo o seguinte: -----

-----“Mas é Alcântara.” -----

6.4. A Senhora Presidente da A.M. respondeu, dizendo o seguinte: -----

-----“Mas Alcântara é Lisboa.” -----

6.5. A Senhora Isabel Pinto, munícipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

-----“Por exemplo, fui a Barcelona que é uma cidade muito mais turística ou tão turística como Lisboa e não se via grafites a não ser nas lojas que têm aquelas grades em ferro, que depois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

baixam, essa sim estão grafitadas mas só se veem à noite porque durante o dia estão levantadas e não se veem, mas não se vê uma parede grafitada em Barcelona.”-----

6.6. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Infelizmente vê-se em todo o lado, exceto num país onde não se via, que era na Suíça mas que agora também já há e são altamente reprimidos, mas infelizmente vê-se por todo o lado. Agora nós temos que procurar melhorar essa situação, e nós em Oeiras estamos a procurar que se melhor essa situação. Vamos ver se conseguimos. Muito obrigada, muitas felicidades e continue a gostar de Oeiras. -----

----- Dou por encerrada esta Sessão e até uma próxima.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----

-----O Primeiro Secretário,-----

-----A Segunda Secretária,-----

